



Aula 00 – Demonstrativa

Curso: 500 questões comentadas de PSICOLOGIA
para concursos de TRIBUNAIS

Prof. Monique Mistura

Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	3
APRESENTAÇÃO DO CURSO	4
QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS	6
GABARITO	25
QUESTÕES COMENTADAS	26

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro(a) psicólogo(a) concursado(a)!

É com muito prazer que daremos início a um curso que vai ajudar você a detonar as provas de Tribunais para o cargo de Psicólogo, seja na esfera estadual, seja na federal!

Antes de falarmos do curso, gostaria de me apresentar:



Meu nome é **Monique Mistura**, sou Psicóloga e minha jornada no mundo dos concursos públicos contou com muitas HBCs (Horas de Bunda na Cadeira, na gíria do concurseiro), diversos reveses (não, não é fácil!) e algumas conquistas que valeram todo o sacrifício, dentre elas, a aprovação em **1º lugar** na regional do cargo de **Psicólogo-Fiscal** do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS).

Quando eu comecei a estudar para concursos, **não sabia nem por onde começar**. Cometi diversos erros que, olhando para trás, percebo que são bem comuns a todos os iniciantes. Um desses erros iniciais foi negligenciar a resolução de questões: eu tinha preguiça de resolvê-las e preferia ficar revisando a teoria. Mas aí eu fui percebendo que, por mais que eu decorasse a parte teórica, não conseguia melhorar meu índice de acertos na hora da prova. Isso porque eu me embananava bastante e não conseguia administrar bem o tempo, devido ao pouco treino.

Foi aí que eu mudei minha estratégia e comecei a focar na resolução de questões. Resolvia tantas quantas fosse possível, como uma forma diferente de revisar o conteúdo teórico. Muitas vezes eu não conseguia encontrar questões comentadas por professores, o que dificultava um pouco o processo, mas mesmo assim era melhor do que ficar sem resolver nada. Foi então que o jogo começou a virar e as aprovações começaram a acontecer!

Agora que já percorri o caminho, tenho a possibilidade de ajudar aqueles que estão começando (ou que já começaram, mas ainda estão se sentindo desorientados) a não cometerem os mesmos deslizes! Se você adquiriu este material, tenho certeza de que está consciente da importância de resolver questões e sabe que esse processo fica ainda mais otimizado quando elas são comentadas por professores. Assim, você tem a chance de revisar toda a matéria de um jeito muito mais eficiente, tendo a segurança de que os comentários irão esclarecer suas eventuais dúvidas!

Sendo assim, considero que você já está um passo à frente, rumo à aprovação!

Vamos juntos conquistar sua vaga!

DESEJO A VOCÊ A MELHOR SORTE!

Com carinho,

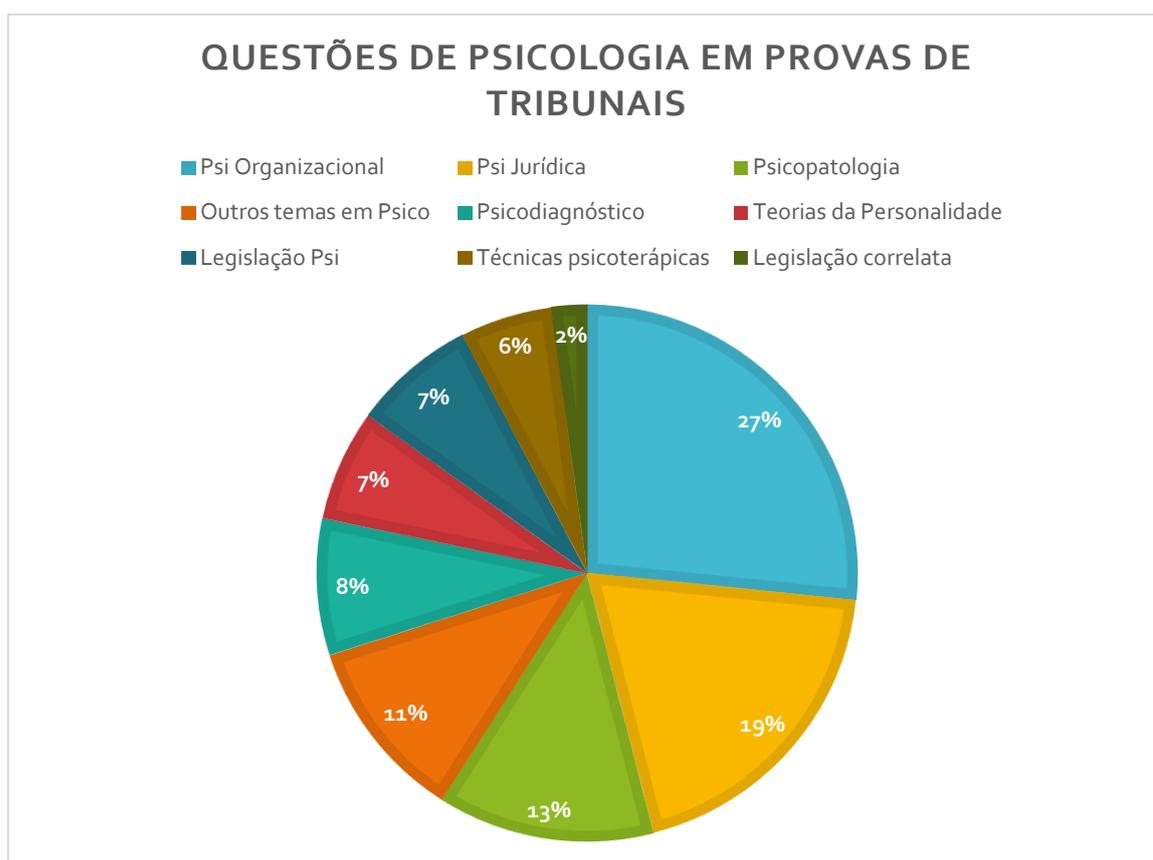
Prof. Monique Mistura

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Agora que você já sabe um pouquinho sobre mim, está na hora de saber um pouco mais sobre como este curso irá funcionar. Vejamos:

- Serão, no total, **500 questões comentadas de Psicologia para concursos de Tribunais**;
- Separamos **somente questões que caíram nos concursos de Tribunais**, sejam eles estaduais ou federais;
- Todas as questões são comentadas **alternativa por alternativa**, para que você não tenha dúvida dos porquês do gabarito dado pela Banca;
- Abordaremos **as mais variadas Bancas** – todas as que fizeram concursos de Tribunais nos últimos anos.

Nosso cronograma de aulas foi elaborado de acordo com cada subtópico da Psico, de acordo com a incidência de questões que ocorrem nas provas de Tribunais. Fiz um levantamento estatístico, para você verificar como os assuntos costumam ser cobrados:



Perceba que as matérias campeãs de cobrança são **Psicologia organizacional e do Trabalho e Psicologia Jurídica**. Como nosso curso vai trazer uma distribuição de questões proporcionais à forma de cobrança em prova, teremos o seguinte **cronograma de aulas**:

Número da aula	Data de disponibilização	Assunto da aula
00	08/10	Psicologia Jurídica I
01	18/10	Psicologia Organizacional e do Trabalho I
02	28/10	Leis , Decretos e Resoluções do CFP; Legislação correlata (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, entre outras)
03	07/11	Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica
04	17/11	Psicopatologia
05	27/11	Teorias e Técnicas Psicoterápicas
06	07/12	Teorias da Personalidade
07	17/12	Psicologia Jurídica II
08	27/12	Psicologia Organizacional e do Trabalho II
09	06/01	Outros temas compilados

Em cada aula, primeiro teremos a relação das **questões sem comentários**, com o respectivo gabarito. **Recomendo fortemente que você tente resolvê-las primeiro**, anotando seus erros e observações, para verificar quais estão sendo seus pontos fortes e quais são os pontos de melhoria.

Na segunda parte da aula, teremos as **questões com comentários**, alternativa por alternativa, de modo a ajudar você a compreender o porquê do gabarito da Banca, ok?

Muito bem! Agora que você já entendeu como o curso vai funcionar, **tá na hora de colocar a mão na massa!**

=)

QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

1. FGV - 2015 - TJ-SC

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) foi o termo proposto por Richard Gardner, na década de 80, para descrever os casos em que a criança ou o adolescente são programados a repudiar o genitor alvo da alienação por sentimento de mágoa, ressentimento ou vingança do genitor dito alienador.

Sobre a SAP, é correto afirmar que:

- a) o alienador coloca-se como emocionalmente forte, fazendo com que a prole se alinhe em seu favor e contra o outro genitor;
- b) nas situações de falsa denúncia de abuso sexual, o alienador tende a ficar desapontado ao saber que a criança não foi violentada;
- c) a campanha denegritória contra o genitor alvo da alienação inicia-se depois da separação, não sendo configurada como tal durante a união conjugal;
- d) os conflitos de lealdade exclusiva podem ocorrer em todas as idades, mas os filhos de 9 a 13 anos de idade são mais flexíveis em seus julgamentos morais;
- e) dentre os padrões de comportamento do alienador, há o de viajar sem os filhos e deixá-los com outras pessoas que não o outro genitor, mesmo que isso seja justificado.

2. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os tipos de fatores, apresentados na primeira coluna, aos fatores especificados na segunda, identificando quais desses são de proteção e quais são de risco, para avaliação de casos de violência intrafamiliar conforme Koller e Antoni (2004).

(1) Fatores de Proteção

(2) Fatores de Risco

() Senso de pertencimento à comunidade

() Ausência de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre o Estatuto do Idoso

() Emoções morais ausentes

() Estilo parental autoritativo

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- a) 1 – 2 – 2 – 2.
- b) 1 – 2 – 2 – 1.
- c) 1 – 2 – 1 – 1.
- d) 1 – 2 – 1 – 2.
- e) 2 – 1 – 1 – 2.

3. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Silva e Koller (2001, p. 208), a fim de caracterizar os adolescentes em situação de rua, identificam cinco aspectos principais que, ainda que não sejam considerados critérios rígidos, podem ser entendidos como “características que devem ser consideradas em toda a sua complexidade e analisadas de forma aprofundada no contato face a face com os adolescentes”.

Assinale a alternativa que apresenta esses aspectos.

- a) Vinculação com o grupo de iguais, atividade escolar, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de normas sociais internalizadas.
- b) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, uso de entorpecentes, local em que nasceu o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- c) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, uso de entorpecentes, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- d) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- e) Vinculação com os pares, crenças e valores internalizados, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.

4. FGV - 2015 - TJ-BA

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault afirma que a prisão se tornou a punição por excelência e a matriz da vigilância panóptica nas sociedades disciplinares. Com efeito, a punição moderna passou a ser calculada essencialmente a partir do indivíduo em relação:

- a) ao seu ato criminoso;
- b) a sua virtualidade;
- c) ao livre arbítrio;
- d) à ofensa ao soberano;
- e) ao pacto social.

5. FGV - 2014 - TJ-GO

Com o advento das sociedades disciplinares, a prisão desponta como sendo a punição por excelência. Contudo, o projeto da técnica corretiva que acompanhou a lógica da detenção punitiva é simultâneo à crítica da prisão e de seus métodos. Assim, segundo Foucault, a promessa de regenerar o apenado através do encarceramento corresponde a uma utopia fracassada, haja vista a prisão:

- a) reduzir a criminalidade sem modificar a desigualdade social;
- b) ficar subordinada à autoridade da figura do juiz penal;
- c) objetivar a delinquência e consolidá-la no fluxo das ilegalidades;
- d) combater o tráfico de drogas e reduzir a prostituição;
- e) atender aos anseios da classe burguesa frente ao proletariado.

6. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Em uma situação de perícia, a pericianda pede ao psicólogo-perito que não revele parte do que ela lhe disse durante a entrevista, pois teme que essas informações possam prejudicá-la. Nessa situação, Sidney Shine (2014) recomenda que o psicólogo-perito esclareça que:

- a) serão revelados apenas os dados que a pericianda autorizá-lo a revelar.
- b) juntos, psicólogo-perito e pericianda, decidirão o que deverá ser revelado ou não.
- c) todos os dados os obtidos na perícia estarão protegidos por sigilo profissional.
- d) poderão ser protegidos por sigilo os dados irrelevantes para o foco da perícia.
- e) constarão no parecer apenas os dados obtidos por meio de testes psicológicos.

7. FGV - 2015 - TJ-PI

Cristina e Alberto, pais das crianças Alberto Junior e Isabelle, de 2 e 4 anos, trouxeram do interior a adolescente Maria de Fátima, 16 anos, para trabalhar como babá de seus filhos. Sobre essa situação e de acordo com a legislação, é correto afirmar que:

- a) não há irregularidade em ajudar a adolescente carente proporcionando-lhe casa, comida, roupa e trabalho digno;
- b) a jovem Maria de Fátima poderá trabalhar na casa da família bastando a autorização por escrito dos pais ou responsável com firma reconhecida;
- c) Maria de Fátima pode prestar serviços domésticos, desde que haja registro em carteira de trabalho e comprovação de conclusão do ensino fundamental;
- d) Cristina e Alberto precisarão regularizar a guarda da adolescente junto à autoridade judiciária de seu domicílio;
- e) o trabalho infanto-juvenil é prática disseminada e culturalmente aceita em diversas regiões do país, devendo essa diversidade ser respeitada.

8. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Como destaca Cássia Regina de Souza Preto (2016), há situações de emergência nas quais o psicólogo terá de produzir um documento urgente a ser apresentado ao Juiz. Esse documento, via de regra, consiste em um breve relato da situação, com posicionamento técnico do profissional, sendo denominado

- a) Laudo informativo.
- b) Registro documental.
- c) Prontuário provisório.
- d) Relatório circunstanciado.
- e) Briefing psicológico.

9. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

De acordo com as disposições da Lei de Guarda Compartilhada (Lei 13.058/2014), leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

II. Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, deverá ser aplicada a guarda unicamente à mãe.

III. Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses do pai ou da mãe.

IV. Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

10. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

Leia a citação a seguir.

“A violência ou abuso físico intrafamiliar está relacionado ao uso de força física contra a criança ou adolescente por parte de seus cuidadores, sejam pais adotivos ou biológicos ou ainda outros, que devam zelar por seu bem-estar e integridade física e emocional.” (Ceconello, De Antoni e Koller, 2003, apud De Antoni e Koller in: Habigzang et al., 2012, p. 43.)

A partir do contexto da violência intrafamiliar, avalie as afirmações a seguir.

I. Pais abusivos demonstram menos preocupação com os filhos e mais desconforto frente a experiências negativas de outros, incluindo seus próprios filhos.

II. A falta de habilidade dos pais, bem como a precariedade de estratégias para lidar com os desafios advindos do desenvolvimento dos filhos, podem gerar ainda mais conflitos.

III. Pais com alto potencial para o abuso físico demonstram limitações empáticas.

IV. Pais abusivos expressam menos compaixão e solidariedade, além de demonstrarem sentimento de culpa pelos erros e atitudes tomadas para com seus filhos.

V. O fato de os filhos serem vistos pelos pais como causadores de conflitos pode estar associado ao comportamento desafiador da criança e do adolescente.

Estão CORRETAS somente as afirmações

- a) II, III, IV e V.
- b) I, II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) IV e V.

11. FGV - 2015 - TJ-PI

Com relação ao fenômeno da violência cometida contra a infância, é possível distinguir a vitimização da vitimação. A vitimização pode ser definida como:

- a) uma forma de violência estrutural, em que pelo alto risco a que a criança é submetida, possa sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos mais elementares;
- b) uma imposição da necessidade de subsistência e aumento da renda familiar, que introduz precocemente a criança no mundo do trabalho;
- c) uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la ao poder do adulto, objetivando coagi-la a satisfazer seus interesses, expectativas ou paixões;
- d) uma forma de criminalização da pobreza através da ideologia da repressão presente nas políticas assistencialistas que submetem os mais pobres à tutela estatal;
- e) um fenômeno da fuga de crianças para as ruas, quando passam a se socializar com quem lhes dá segurança e proteção em troca da prática de ilícitos.

12. FGV - 2014 - TJ-GO

“De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, em 48 pesquisas realizadas com populações de todo o mundo, de 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de sua vida”. (Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde apud MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica In Brandão, Eduardo & Gonçalves, Hebe. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2011).

São fatores que se articulam ao fenômeno da violência contra a mulher:

- a) a responsabilidade da mulher que não rompe o relacionamento com o agressor, a baixa autoestima das mulheres e a banalização da violência doméstica;
- b) a dependência econômica das mulheres, a existência de filhos que necessitam do pai e a falta de assistência de uma rede de assistência às vítimas;
- c) a convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada;
- d) a ausência de políticas públicas articuladas sobre o tema, o temor pelo perigo real de morte na ruptura e a convivência das próprias vítimas;
- e) a complacência social com o fenômeno, os baixos índices de punição dos acusados e o empoderamento das vítimas pela proteção recebida de suas famílias consanguíneas.

13. FGV - 2014 - TJ-RJ

A identificação da ocorrência de violência sexual contra a criança é assunto controverso, sobretudo, quando ocorre no contexto de separação conjugal litigiosa. Dada a sua complexidade, é correto afirmar que:

- a) o uso de bonecas anatomicamente corretas é comprovadamente o melhor método de investigação da violência sexual nas entrevistas de revelação;
- b) nem todas as denúncias de abuso sexual no contexto da separação são falsas, tampouco nem toda denúncia falsa tem como intenção prejudicar o acusado;
- c) não deve haver contato do acusado com o filho até que terminem as investigações sobre a existência ou não do abuso;

- d) a recusa da criança em se encontrar com o acusado deve-se a uma situação abusiva quando em sua companhia, não necessariamente sexual;
- e) E em se descobrindo tratar-se de denúncia falsa, a mãe alienadora deve perder a guarda em favor do alienado.

14. FGV - 2014 - TJ-RJ

A gestante Paula, 27 anos, foi encaminhada ao Juízo da Infância e da Juventude pela assistente social do posto de saúde onde fazia seu pré-natal, a quem revelou sua intenção de entregar o bebê em adoção. Existem estudos sobre as mães que, por entrega ou por abandono, separam-se de seus bebês, que revelam que:

- a) a motivação para a entrega das crianças em adoção ou pelo seu abandono é a falta de condições econômicas das mães;
- b) o abandono é uma perversão do instinto materno inerente aos processos filogenéticos da gestação, do parto e do aleitamento;
- c) muitas entregas são protetivas da criança e algumas se configuram em verdadeiro ato de amor da mãe pela criança;
- d) os laços de sangue são prioritários e o acolhimento da criança abandonada enquanto se resgata o amor materno é a medida mais indicada;
- e) os pais devem ser excluídos do processo de decisão quanto à entrega em adoção, já que o ônus da maternagem será da mulher.

15. FGV - 2015 - TJ-BA

“O processo de adoção internacional tem início ainda no país de origem, onde é feita a habilitação para adoção, de acordo com a legislação de cada país.” (OLIVEIRA, D. Adoção internacional: quando o improvável acontece. In LADVOCAT, Cynthia & DIUANA, Solange. Guia de adoção. São Paulo: Roca, 2014). Com relação ao trabalho de acompanhamento das crianças e adolescentes pelas equipes técnicas das Varas de Infância e Juventude nos processos de adoção internacional é correto afirmar que:

I – Ocorre antes da vinda dos pretendentes à adoção ao Brasil, quando se busca preparar as crianças para a chegada dos adotantes ao solo brasileiro e para desligamento dos adotandos das instituições de acolhimento.

II – Ocorre após a chegada dos adotantes no Brasil e início do estágio de convivência, quando se procura traçar um panorama do modo de vida dos adotantes no país de origem, bem como observar a formação de vínculos entre as crianças e os adotantes, a interação entre eles e as dificuldades encontradas.

III – Ocorre após o retorno dos adotantes e ida dos adotandos ao país de origem dos primeiros, através de avaliações semestrais das equipes técnicas das Varas de Infância, com o fito de avaliar o êxito na adaptação às novas rotinas e detectar possíveis insucessos que ensejem o retorno dos infantes e/ou adolescentes ao Brasil.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;

- c) somente II e III;
- d) somente I e III;
- e) I, II e III.

16. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao abordar a relação entre ciências humanas e a instituição judiciária, Michel Foucault (2014) identifica, no saber psicológico,

- a) um conhecimento cumulativo não mais que tangencial ao saber jurídico.
- b) uma disciplina que veicula o discurso da regra, da normalização.
- c) um saber clínico libertador cujo foco é o homem senhor de seu próprio destino.
- d) um poder epistemológico que adota o código da lei sob a perspectiva da reparação.
- e) um domínio de conhecimento humanista sem lugar no âmbito jurídico.

17. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Um psicólogo é entrevistado por um telejornal para comentar uma infração cometida por uma criança menor de idade. Para não a expor, esse profissional menciona apenas as iniciais do nome e do sobrenome da criança na reportagem. Nesse caso, o psicólogo

- a) descumpre o que é estabelecido pelo ECA, dado que a criança foi o infrator na situação.
- b) está protegido pela ausência de definição do ECA quanto ao uso de iniciais do nome e do sobrenome a criança nessa situação.
- c) atende ao que é determinado pelo ECA, se os pais da criança autorizarem a divulgação.
- d) deve revelar o nome da criança de acordo com o ECA, pois se trata de caso de interesse público.
- e) age de acordo com o que determina o ECA, ao usar as iniciais do nome e do sobrenome da criança para identificá-la.

18. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A maior parte dos casos de abuso sexual ocorre no seio das famílias, apesar das proibições biológicas e culturais do incesto. Sendo assim, analise as seguintes proposições:

I. A família é uma instituição caracterizada como "sagrada" pela Religião e como "a base da sociedade" pelo Direito.

II. Para a Psicologia, a família é uma instituição na qual as relações se estabelecem independentemente do escopo social.

III. As relações familiares podem tanto promover o desenvolvimento saudável quanto desencadear desajustes, violências e psicopatologias.

IV. O abuso sexual infantil pode ocorrer em qualquer família e não somente naquelas consideradas "desestruturadas".

V. A falta de comunicação é uma característica importante na dinâmica das famílias abusivas.

No que tange aos padrões, características e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil, é correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) V.

19. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

Leia o texto a seguir.

“A aproximação entre a Psicologia e o Direito ocorreu a partir da preocupação com a conduta humana. Apesar de atividades de intervenção, orientação e acompanhamento serem igualmente importantes, observa-se que a avaliação psicológica ainda é considerada a principal demanda dos operadores do Direito” (LAGO et al., 2009). Sobre a avaliação psicológica, no contexto jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em casos de suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes, é recomendando que se evite a realização de entrevistas em conjunto com a vítima e seus responsáveis, visto que a observação da dinâmica familiar não deve ser considerada nessas situações.
- b) Os peritos são profissionais reconhecidos na comunidade científica e indicados por uma das partes envolvidas no processo pericial.
- c) O emprego de testes psicológicos em situações de abuso sexual não é usual, sendo as entrevistas e as sessões lúdicas as melhores estratégias adotadas.
- d) A competência para ser julgado está relacionada com a capacidade de um réu em entender as acusações contra ele e de ajudar em sua própria defesa. Assim, pessoas com potencial intelectual rebaixado, com transtornos mentais ou com doenças neurológicas são consideradas incompetentes para serem julgadas.
- e) Após a conclusão do processo de avaliação psicológica, o psicólogo pode apresentar recomendações para as situações de conflito identificadas, entretanto não pode determinar os procedimentos jurídicos a serem adotados.

20. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A alienação parental é uma violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente e constitui um abuso moral com penalização prevista em lei. Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial. Sobre o assunto, assinale alternativa CORRETA.

- a) Em razão do caráter de urgência de apreciação de situações de indícios de alienação parental, o Ministério Público não se manifestará nos autos, salvo se houver pedido expresso dessa manifestação feito por uma ou por ambas as partes.
- b) Dada a complexidade de realizar a perícia relativa à avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme for o caso, o perito ou a equipe multidisciplinar terá o prazo de 45 dias para apresentar o

laudo, prazo esse prorrogado uma única vez, por igual período, mediante autorização judicial justificada.

- c) Verificada a prática de alienação parental, a autoridade judiciária poderá inverter a guarda ou mesmo converter a guarda para guarda compartilhada da criança ou adolescente.
- d) A alienação parental somente pode ser praticada pelos genitores, não podendo ser caracterizada por atos praticados pelos avós de crianças e adolescentes.
- e) A mudança de domicílio do genitor detentor da guarda de criança para local distante que dificulta a convivência da criança com outro genitor, ainda que ocorrida por motivo justificável, caracteriza a alienação parental.

21. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A Lei 12.010/2009, em seu Art. 39, Parágrafo 1, estabelece: "A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa (...)". Sobre o tema, avalie as afirmações a seguir.

I. O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

II. Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovado o exercício de alguma prática religiosa e a estabilidade da família.

III. A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude.

IV. A adoção será indeferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença judicial.

V. Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais em processo de habilitação à adoção.

É CORRETO o que se afirma apenas em

- a) II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II e V.
- d) I e III.
- e) III.

22. FCC - 2017 - TRT - 11ª Região (AM e RR)

O crescente número de divórcios e rupturas conjugais, nas últimas décadas, aumentou a procura por meios alternativos de resolução de conflitos. Nesse contexto, a mediação familiar é usada, basicamente, para ajudar casais em vias de separação, a chegarem a um acordo mutuamente aceitável. Dentre as diferenças entre mediação familiar, aconselhamento e terapia, encontra-se que conselheiros/terapeutas podem aconselhar apenas uma das partes, procuram aumentar o esclarecimento pessoal, facilitam a reflexão,

exploram a história pessoal e familiar e a experiência passada como uma chave para o presente, enquanto mediadores familiares comprometem-se com ambas as partes desde o início, procuram:

- a) iniciar o processo sem contrato escrito, a relação entre cliente-mediador pode envolver dependência durante algum tempo, concentram-se mais no passado e no presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, a confecção de uma autobiografia.
- b) fornecer informação sobre o aconselhamento, podem usar teorias psicanalíticas, concentram-se mais no passado para a compreensão da disputa atual, realizam interpretações focais.
- c) obter a conciliação, não possuem ligação com processo legal, concentram-se mais no passado recente para a compreensão dos impasses do presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, role playings.
- d) ajudar as partes a atingir um acordo, estruturam discussões e exploram opções, concentram-se mais no presente e no futuro do que no passado, podendo utilizar diversas técnicas complementares, como por exemplo, dividir os problemas em partes menores.
- e) priorizar as perspectivas e as necessidades dos adultos em detrimento de focar o plano parental, podem utilizar teorias psicodinâmicas, concentram-se mais no futuro do que no presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, fotolingüagem.

23. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à alienação parental, julgue o item subsequente.

Os critérios de diferenciação entre abuso ou descuido e a síndrome de alienação parental englobam as recordações dos filhos; a lucidez do genitor; situações patológicas da vítima; características pessoais das vítimas do abuso; e a análise do momento do abuso.

24. CESPE - 2015 - TJ-DFT

No contexto forense, o uso de técnicas de entrevistas e a aplicação de treinamentos para entrevistadores têm possibilitado uma melhoria no desempenho dos psicólogos durante a realização de entrevistas, especificamente na detecção de mentiras. Considerando esse assunto, julgue o item que se segue com relação à entrevista forense.

O método PEACE revela um significativo avanço nos procedimentos de entrevista forense, pois seus pressupostos baseiam-se em valores humanitários e respeito incondicional à vítima entrevistada. Por consequência, o desempenho do psicólogo nessa prática está diretamente relacionado ao quanto esse profissional consegue sustentar o vínculo com o entrevistado nesse momento crucial.

25. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

As intervenções psicológicas em situação de divórcio e separação, que passam pelo crivo das partes que poderão vir a contestar, criticar e por à prova o trabalho psicológico, em decorrência do princípio do

contraditório e da livre convicção do juiz, têm por objetivo resgatar o embasamento teórico e o risco patológico desse momento, principalmente para os filhos.

26. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

A confiabilidade do depoimento de crianças vítimas de abuso ou em situação de vulnerabilidade exige do psicólogo o conhecimento dos procedimentos de inquirição, bem como das categorias para análise da credibilidade do depoimento infantil, que são o processamento da memória, a codificação, o armazenamento, a recuperação e o estado emocional.

27. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à alienação parental, julgue o item subsequente.

Alguns comportamentos clássicos de um alienador parental são os seguintes: apresentar o novo cônjuge aos filhos como sua nova mãe ou seu novo pai; esquecer-se de avisar ao outro genitor de compromissos importantes da criança, como a ida ao dentista ou reuniões da escola; ir às festividades da vida da criança acompanhado de seu novo cônjuge e enteados.

28. CESPE - 2016 - TRT - 8ª Região (PA e AP)

Uma paciente de setenta e cinco anos de idade, com quadro de declínio cognitivo e dificuldades motoras, buscou atendimento, pela quarta vez na mesma semana, na unidade básica de saúde próxima a sua residência. Quem sempre lhe acompanha nos atendimentos médicos é seu neto, Josias, que tem trinta e dois anos de idade, é solteiro, órfão, e possui problemas recorrentes por uso abusivo de álcool e outras drogas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à violência contra o idoso.

- a) Devido à debilidade da idosa, seu neto é quem deve ficar responsável por informar à equipe médica as queixas de sua avó.
- b) Caso seja constatada a ocorrência de violência patrimonial contra a idosa, o médico deverá proceder à realização da anamnese.
- c) O preenchimento da ficha única de notificação é dispensável em situações de violência psicológica e patrimonial.
- d) Nessa situação hipotética, a suspeita de negligência nos cuidados com a idosa não é requisito para realização de exame clínico.
- e) A recorrente busca da idosa por atendimento médico e o fato de ela ser acompanhada exclusivamente por seu neto são indicadores de risco de violência contra o idoso.

29. CESPE - 2016 - TRT - 8ª Região (PA e AP)

Na psicologia jurídica, configura exemplo de método adversarial

- a) o acordo.
- b) o julgamento.
- c) a conciliação.
- d) a mediação.
- e) a cooperação.

30. CESPE - 2015 - TJ-DFT

No contexto forense, o uso de técnicas de entrevistas e a aplicação de treinamentos para entrevistadores têm possibilitado uma melhoria no desempenho dos psicólogos durante a realização de entrevistas, especificamente na detecção de mentiras. Considerando esse assunto, julgue o item que se segue com relação à entrevista forense.

O método PEACE, desenvolvido pela Associação dos Chefes de Polícia da Inglaterra e País de Gales e pelo Home Office, é utilizado para entrevistar suspeitos e testemunhas, com base nos conhecimentos da área de psicologia e em evidências obtidas por meio das pesquisas psicológicas, que possibilita treinar os profissionais para que identifiquem sinais comportamentais de mentiras.

31. FGV – 2015 – TJ-BA

"Desde o início do século XX, popularizava-se entre os cientistas a antropometria, medição de ossos, crânios e cérebros que, por meio de comparações, pretendiam comprovar a inferioridade de determinados segmentos sociais, [tendo sido famosas] as teses de Paul Broca e Cesare Lombroso." (COIMBRA, Jovens pobres. In FRAFA, P. C. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003).

Atuante em um período de constituição das primeiras alianças entre os discursos "psi" e o direito, Lombroso se tornou bastante conhecido por sua Antropologia Criminal, tendo sido responsável por categorizar indivíduos como:

- a) perigosos comunitários e desviantes irrecuperáveis
- b) degradados morais e degenerados familiares
- c) tarados hereditários e inferiores malsãos
- d) criminosos natos e perigosos sociais
- e) indisciplinados sociais e desorganizados familiares

32. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Isabel da Silva Kahn Marin (2002), ao discutir a relação entre adolescência e violência na sociedade contemporânea, destaca o papel, nesse fenômeno,

- a) da dificuldade dos adultos de se mostrarem como representantes da autoridade e da lei frente à adolescência.

- b) da natureza intrinsecamente violenta dos rituais de passagem da adolescência para a vida adulta, observados em nossos dias.
- c) da influência da cultura da violência divulgada e incentivada de modo exaustivo pelos meios de comunicação.
- d) da necessidade de afirmação do jovem pela destruição do velho, característica do consumismo do século XXI.
- e) do investimento da mulher em projetos pessoais que deixam em segundo plano a saúde emocional da família.

33. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao saber que uma criança de 7 anos não tem frequentado a escola ou recebido qualquer apoio educacional por parte dos pais, um cidadão decide informar a um órgão que tenha como finalidade específica zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Nesse caso, o encaminhamento deve ser feito

- a) ao Ministério Público.
- b) ao Ministério da Educação.
- c) ao Conselho Tutelar.
- d) à Vara da Família.
- e) à Vara da Infância e da Adolescência.

34. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

Na guarda compartilhada, os genitores precisam cumprir alguns requisitos, tais como possuírem certo grau de flexibilidade psicológica e maturidade, a fim de se submeterem a compromissos comuns; e estabelecerem um modo de vida que respeite eventuais problemas e não os transformem em impedimentos, reais ou presumidos, para o cumprimento do acordo previamente estabelecido sobre a guarda.

35. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

Na atuação junto a jovens infratores, com vistas a reintegrá-los no meio social, é necessário que os psicólogos tenham conhecimento de que programas com base em intervenções cognitivo-comportamentais reduzem a incidência da infração, ao passo que tratamentos fundamentados em punição e medo não têm tido sucesso.

36. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Uma criança é levada pela mãe, detentora da guarda unilateral, para atendimento psicológico em uma clínica especializada. Durante o período de atendimento, o pai se dirige à clínica e solicita ser informado do andamento e dos resultados desse processo. Nessa situação, a clínica deverá:

- a) revelar ao pai os mesmos dados informados à mãe, seja qual for o tipo de guarda, por ser o pai uma "pessoa de direito".
- b) ponderar se será de interesse da criança, ou não, dar acesso às informações do atendimento ao pai.
- c) negar o acesso do pai aos dados, alegando que só poderão ser revelados à mãe, considerada a "cliente".
- d) abrir para o pai apenas os dados do atendimento que se refiram a sua relação com a criança.
- e) informar que, por ser a mãe detentora de guarda unilateral, o pai não tem legitimidade para solicitar informações relativas aos filhos.

37. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao atender uma adolescente, um psicólogo vem a saber que a paciente vem sofrendo sucessivos maus-tratos. Alertando-a de que comunicará o fato à autoridade competente, a paciente lhe diz que só relatou os fatos porque ele lhe havia assegurado sigilo. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código de Ética, o psicólogo deverá

- a) passar a informação para outro colega fazer a denúncia.
- b) fazer a denúncia de maus-tratos ao Conselho Tutelar.
- c) convencer a adolescente a fazer ela mesma a denúncia.
- d) resolver o dilema ético sob a perspectiva do menor prejuízo.
- e) honrar a palavra empenhada e manter o sigilo sobre os fatos.

38. VUNESP - 2017 - TJ-SP

De acordo com a análise de Analicia Martins de Sousa (2010), o conceito de Síndrome da Alienação Parental

- a) teve efeito negativo nas decisões quanto à guarda de filhos, porque desconsidera a perspectiva da prole em relação aos pais.
- b) fortaleceu a posição da mulher no contexto jurídico, arena em que tradicionalmente ela se encontra em desvantagem.
- c) contribuiu para a criação de leis que conferem parâmetros mais justos para as decisões relativas aos litígios sobre guarda.
- d) trouxe, aos litígios sobre guarda, um ônus a mais, na medida em que os cônjuges precisam atestar sua sanidade mental.
- e) promoveu uma frente de discussão fértil, ao considerar a dinâmica familiar sob a perspectiva das relações patológicas.

39. VUNESP - 2017 - TJ-SP

O trabalho e a pesquisa com conflitos conjugais, conforme demonstrado na obra organizada por Fères-Carneiro (2016), têm revelado que

- a) as estratégias de resolução de conflito podem ser claramente identificadas como positivas ou negativas para a resolução dos conflitos conjugais.
- b) a violência conjugal via de regra contribui para que o cônjuge agredido seja mais proativo quando apoiado nas tentativas de mediação.
- c) a postura de ataque de um dos cônjuges de modo geral constitui um grande entrave para a negociação.
- d) a estratégia de evitação, por um ou ambos os cônjuges, costuma ser uma estratégia positiva para o enfrentamento de questões críticas da relação.
- e) casais que adotam estratégias de demanda e recuo são mais flexíveis e, portanto, têm maior probabilidade de resolver seus conflitos.

40. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Nas Varas de Família, há um crescente esforço para que os casais resolvam seus conflitos por meio de

- a) mediação.
- b) aconselhamento psicológico.
- c) coaching conjugal.
- d) acordos entre advogados.
- e) ações em juizados de pequenas causas.

41. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Como atesta Gláucia Diniz, ao analisar os paradoxos das relações violentas (In: Fères-Carneiro, 2016), entre os motivos que impedem as mulheres de denunciar a violência física ou psicológica de que são vítimas nas relações conjugais, destaca-se

- a) a valorização, pela mídia, do ideal de mulher forte e autônoma que reage às agressões.
- b) o esforço em sustentar relacionamentos recentes e pouco estáveis.
- c) a internalização das prescrições normativas que impedem a mulher de ter voz própria.
- d) a falta de uma legislação específica de proteção da mulher contra o cônjuge agressor.
- e) o desejo feminino de assegurar seu sustento por um homem, mesmo que violento.

42. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao discutir a Síndrome de Alienação Parental (SAP), proposta por Richard Gardner, Sousa (2010)

- a) defende que o diagnóstico seja feito em termos individuais, pois se trata de configuração clínica constelada no nível da vida privada e da história particular de cada indivíduo que venha a apresentar a síndrome.

- b) aponta que o surgimento e a rápida difusão da teoria de Gardner sobre a SAP foram facilitados por uma racionalidade que privilegia o indivíduo e favorece, com isso, a proliferação de discursos sobre a existência de patologias individuais.
- c) demonstra que os instrumentos de psicólogos e psiquiatras asseguram o rigor de suas avaliações e, em consequência disso, conferem validade científica à teoria de Gardner e desnaturalizam a questão da alienação parental.
- d) destaca a importância de se identificar precocemente a síndrome, como medida preventiva, dado que o alienador costuma apresentar traços de psicopatia, sociopatia ou tendência à violência que põem em risco a família.
- e) declara que há consenso quanto à primazia da figura paterna como alienadora, por ser o pai habitualmente menos favorecido no ambiente jurídico em caso de litígio sobre a guarda dos filhos.

43. VUNESP - 2017 - TJ-SP

De acordo com a Lei nº 12.318/2010, havendo indício da prática de ato de alienação parental, o Juiz, se necessário, determinará a realização de perícia social para identificar os fatores socioculturais que levaram à instalação da patologia e fazer o

- a) encaminhamento do alienador aos recursos comunitários disponíveis.
- b) avaliação psicológica do cônjuge alienador e encaminhamento à unidade psiquiátrica em caso de alto grau de severidade da patologia.
- c) ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, incluindo, entre outros métodos, entrevista pessoal com as partes e avaliação da personalidade dos envolvidos.
- d) diagnóstico interventivo familiar, afim de compreender a dinâmica dos relacionamentos familiares para promover a reaproximação do casal.
- e) perícia psicológica do suspeito de apresentar alienação parental, afim de comprovar a existência da patologia e adotar as medidas de proteção necessárias à família.

44. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

Conforme o Estatuto do Idoso, as medidas protetivas são aplicáveis nas situações em que exista a constatação de violência física, sendo papel do psicólogo diagnosticar e exigir medidas protetivas ao Ministério Público no que concerne às situações de violência direcionada a essa população, como o abuso psicológico ou material.

45. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

Ao intervir em famílias, os psicólogos forenses devem ter a capacidade de reconhecer as fases do ciclo de vida familiar, uma vez que as interseções e tramas de cada família estão presentes no modo como elas enfrentam e superam cada fase, o que tornam visíveis as dificuldades vivenciadas por elas.

46. FGV - 2015 - TJ-RO

Importantes transformações sociais, advindas do processo de redemocratização da sociedade brasileira, no decorrer da década de 1980, tiveram influência significativa na produção textual da Constituição de 1988 e na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Com relação às diferenças de abordagem social e jurídica das concepções menoristas e a atual concepção estatutária diante das crianças e adolescentes autores de atos infracionais, analise as afirmativas a seguir:

I - Na hipótese de cometimento de ato infracional as crianças não serão alvo de medidas socioeducativas, devendo ser encaminhadas para os Conselhos Tutelares.

II - A concepção menorista, expressa nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, fundou-se na Doutrina Jurídica da Situação Irregular, cuja principal característica é se destinar a uma categoria sociologicamente indefinida, os "menores em situação irregular".

III - A Doutrina Jurídica da Proteção Integral considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o que se revela desafiante na construção de novas práticas institucionais.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

47. FGV - 2015 - TJ-RO

Jonathan, 15 anos, foi pego em flagrante na prática de ato infracional. Na audiência, a autoridade judiciária aplicou a medida socioeducativa de internação ao adolescente. Com relação a essa medida, é correto afirmar que:

- a) será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário;
- b) será aplicada com prazo determinado, ao término do qual será reavaliada a condição do socioeducando;
- c) a critério da autoridade judicial, em situações excepcionais, a medida de internação poderá exceder a três anos;
- d) durante o período de internação, exceto provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas;

- e) a autoridade judicial, ouvido o Ministério Público, poderá determinar a incomunicabilidade do adolescente, se existirem motivos sérios e fundados nesse sentido.

48. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Rovinski (2013), ao discutir a realização de avaliações psicológicas no contexto jurídico, afirma a necessidade, por parte dos psicólogos, de "adaptação de seus procedimentos metodológicos às especificidades de sua atuação". Com base nisso, considere as ações abaixo.

I - Enfatizar as intervenções que visem mudanças no comportamento do avaliado, de forma a preservar o contexto terapêutico.

II - Dirigir o foco da avaliação aos achados clínicos que possuam relevância à questão legal.

III - Abordar o problema, foco da avaliação psicológica, ultrapassando a visão particular do sujeito avaliado decorrente da dinâmica de seu mundo interno.

Quais integram adaptações necessárias dos procedimentos metodológicos do psicólogo às especificidades de sua atuação?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

49. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Quanto à entrevista investigativa realizada no contexto forense, considere as afirmações abaixo.

I - Possui foco dirigido à elucidação de fatos ocorridos no passado.

II - Fundamenta-se na teoria cognitiva, com ênfase nos processos de memorização e recuperação de informações.

III - Sua realização é indicada tanto para crianças como pessoas adultas em situação de violência.

IV - Exige treinamento prévio e é realizada exclusivamente por psicólogo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

50. FAURGS - 2016 - TJ-RS

No que se refere ao campo da Psicologia Jurídica, mais especificamente a atuação do psicólogo em Varas de Família, e de acordo com as referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família (CFP, 2010), considere as afirmações abaixo.

I - As práticas desenvolvidas podem ser de avaliação psicológica, perícia, assessoramento, orientação, aconselhamento, encaminhamento, atendimento psicológico individual, atendimento psicológico com a família e/ou com alguns de seus membros, elaboração de laudos, pareceres, informes e relatórios, mediação e trabalho com grupos.

II – O profissional, na condição de perito ou profissional responsável pelo caso, quando chamado a participar de audiências, passa a assumir o papel de testemunha.

III - A mediação, atividade que pode ser realizada pelo psicólogo que atua nas Varas de Família, busca a cooperação e a colaboração entre os ex-cônjuges, privilegiando o lado adversarial da disputa, comum nos processos judiciais no Direito de Família e permitindo um espaço de escuta e construção de um novo repertório comportamental que auxilie na resolução do problema.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

Gabarito

1. B	18. B	35. C
2. B	19. E	36. A
3. D	20. C	37. B
4. B	21. D	38. D
5. C	22. D	39. C
6. D	23. E	40. A
7. D	24. E	41. C
8. D	25. E	42. B
9. E	26. E	43. C
10. B	27. E	44. E
11. C	28. E	45. C
12. C	29. B	46. E
13. B	30. C	47. A
14. C	31. D	48. D
15. B	32. A	49. D
16. B	33. C	50. A
17. A	34. C	

QUESTÕES COMENTADAS

1. FGV - 2015 - TJ-SC

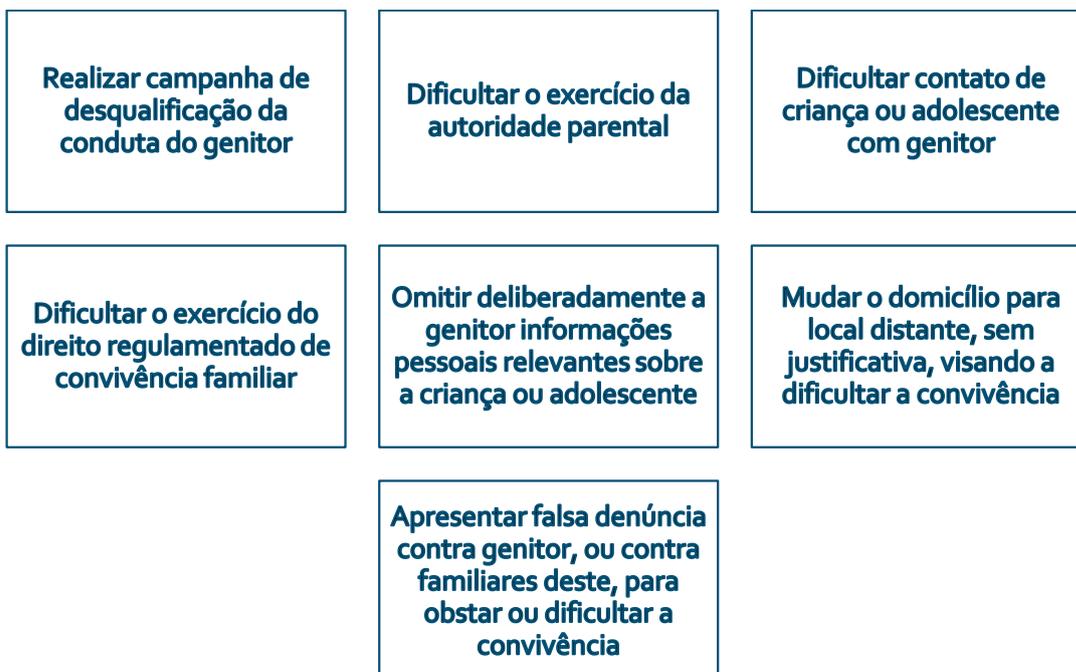
A Síndrome de Alienação Parental (SAP) foi o termo proposto por Richard Gardner, na década de 80, para descrever os casos em que a criança ou o adolescente são programados a repudiar o genitor alvo da alienação por sentimento de mágoa, ressentimento ou vingança do genitor dito alienador.

Sobre a SAP, é correto afirmar que:

- a) o alienador coloca-se como emocionalmente forte, fazendo com que a prole se alinhe em seu favor e contra o outro genitor;
- b) nas situações de falsa denúncia de abuso sexual, o alienador tende a ficar desapontado ao saber que a criança não foi violentada;
- c) a campanha denegritória contra o genitor alvo da alienação inicia-se depois da separação, não sendo configurada como tal durante a união conjugal;
- d) os conflitos de lealdade exclusiva podem ocorrer em todas as idades, mas os filhos de 9 a 13 anos de idade são mais flexíveis em seus julgamentos morais;
- e) dentre os padrões de comportamento do alienador, há o de viajar sem os filhos e deixá-los com outras pessoas que não o outro genitor, mesmo que isso seja justificado.

RESOLUÇÃO: Você simplesmente não pode fazer uma prova de Psicologia Jurídica sem dominar o assunto campeão de incidência – ALIENAÇÃO PARENTAL! Gardner é o autor mais cobrado por ter descrito a SAP, que é uma síndrome desenvolvida na criança/adolescente que sofre alienação por um alienador.

São formas exemplificativas de alienação parental:



Visto isso, vamos às alternativas:

LETRA A – ERRADA. Ao realizar a alienação parental, nem sempre o alienador se mostrará forte – ele pode inclusive adotar a postura oposta: mostrar-se muito fragilizado diante de um suposto opositor violador e mau.

LETRA B – CERTA. No grau mais elevado de alienação parental descrito por Gardner, o alienador acredita (e convence o alienado) que o outro genitor é um abusador. O desapontamento pode vir, inclusive, acompanhado de uma nova tentativa de provar que de fato o abuso ocorreu, ou com a descrença total no resultado da perícia que comprovou a não ocorrência do abuso.

LETRA C – ERRADA. A campanha contra o outro genitor não tem data para iniciar. Nesse sentido, ela pode ocorrer inclusive diante de uma crise conjugal, em que o casal ainda está vivendo na mesma casa, sem que tenha havido separação.

LETRA D – ERRADA. Não se pode afirmar que, em todos os casos, há uma idade em que há mais flexibilidade de julgamento moral. Isso vai variar em cada caso.

LETRA E – ERRADA. Na verdade, o comum é que o alienador viaje COM os filhos, sem avisar o outro genitor. Isso porque a tentativa é de formar uma aliança forte com o alienado.

GABARITO: LETRA B

2. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os tipos de fatores, apresentados na primeira coluna, aos fatores especificados na segunda, identificando quais desses são de proteção e quais são de risco, para avaliação de casos de violência intrafamiliar conforme Koller e Antoni (2004).

(1) Fatores de Proteção

(2) Fatores de Risco

() Senso de pertencimento à comunidade

() Ausência de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre o Estatuto do Idoso

() Emoções morais ausentes

() Estilo parental autoritativo

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é:

a) 1 – 2 – 2 – 2.

b) 1 – 2 – 2 – 1.

c) 1 – 2 – 1 – 1.

d) 1 – 2 – 1 – 2.

e) 2 – 1 – 1 – 2.

RESOLUÇÃO: Nos casos de violência intrafamiliar, há que se observar uma série de fatores para avaliação. O fator que poderia ter causado mais dificuldade para resolver essa questão tem a ver com a tipologia de controle parental, de Maccoby & Martins. Vejamos:

1. ESTILO AUTORITÁRIO – pais exigentes, mas não responsivos;
2. ESTILO INDULGENTE – pais responsivos, mas não exigentes;
3. ESTILO NEGLIGENTE – pais nem responsivos, nem exigentes; e
4. ESTILO AUTORITATIVO – pais exigentes e responsivos.

Perceba que **autoritário e autoritativo não são sinônimos!**

Visto isso, vamos esquematizar graficamente, para você memorizar:

FATORES DE PROTEÇÃO	FATORES DE RISCO
Senso de pertencimento à comunidade	Ausência de conhecimentos de estatutos
Estilo parental autoritativo (pais exigentes e responsivos)	Emoções morais ausentes

GABARITO: LETRA B

3. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Silva e Koller (2001, p. 208), a fim de caracterizar os adolescentes em situação de rua, identificam cinco aspectos principais que, ainda que não sejam considerados critérios rígidos, podem ser entendidos como “características que devem ser consideradas em toda a sua complexidade e analisadas de forma aprofundada no contato face a face com os adolescentes”.

Assinale a alternativa que apresenta esses aspectos.

- a) Vinculação com o grupo de iguais, atividade escolar, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de normas sociais internalizadas.
- b) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, uso de entorpecentes, local em que nasceu o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- c) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, uso de entorpecentes, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- d) Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.
- e) Vinculação com os pares, crenças e valores internalizados, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.

RESOLUÇÃO: Silvia e Koller propuseram cinco características a serem consideradas enquanto aspectos principais do adolescente em situação de rua, a saber:



LETRA A – ERRADA. A única característica correta da letra A é a aparência pessoal. As demais estão erradas.

LETRA B – ERRADA. Uso de entorpecentes e local de nascimento estão fora das cinco características.

LETRA C – ERRADA. O uso de entorpecentes invalidou a alternativa C.

LETRA D – CERTA. Como vimos, as cinco características são: Vinculação com a família, atividade exercida no contexto da rua, aparência pessoal, local em que se encontra o adolescente e ausência de um adulto responsável pelo mesmo.

LETRA E – ERRADA. Vinculação com os pares e crenças e valores não fazem parte das cinco características.

GABARITO: LETRA D

4. FGV - 2015 - TJ-BA

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault afirma que a prisão se tornou a punição por excelência e a matriz da vigilância panóptica nas sociedades disciplinares. Com efeito, a punição moderna passou a ser calculada essencialmente a partir do indivíduo em relação:

- a) ao seu ato criminoso;
- b) a sua virtualidade;
- c) ao livre arbítrio;
- d) à ofensa ao soberano;
- e) ao pacto social.



RESOLUÇÃO: Eis um autor que tem sido cada vez mais cobrado em provas psi, especialmente quando a banca é FGV! Portanto, recomendo fortemente que você estude o assunto com carinho! Vamos lá:

De maneira bastante simplificada, temos que M. Foucault criticou as formas como os indivíduos são controlados pelas instituições sociais, por exemplo nos presídios, manicômios, quartéis e escolas, que para ele são instituições de controle social. Nesse sentido, **a prisão seria uma forma de fabricar delinquência, e não de recuperar pessoas**, já que usa o poder disciplinar para reforçar o poder estatal. Há ainda a noção de que **as leis são "verdades construídas" conforme as necessidades dos detentores de poder, na medida em que servem à lógica da exclusão**. Assim, a promessa de regenerar um apenado seria apenas uma utopia fracassada.

Um pouco complexo, mas se você lembrar das palavras-chave, vai ter mais facilidade de acertar as questões de prova:



ATENÇÃO!

Sempre que falarmos em **Foucault**, é importante associar com as palavras: **crítica às instituições, institucionalização, poder, normalização, dominação e disciplina!**

Visto esses conceitos gerais, vamos à questão:

LETRA A – ERRADA. A norma abrange muito mais do que o ato criminoso em si – ela vai além do ato, atuando na modelagem da conduta social.

LETRA B – CERTA. a punição moderna, como vimos, serve à lógica da fabricação de delinquência, e não da recuperação de pessoas. As normas são criadas para punir crimes cometidos, mas não é só isso: para Foucault, elas também são criadas para **interferir na virtualidade de um possível comportamento desajustado**. Assim, **a norma teria alcance maior do que a lei, porque não visa apenas punir comportamentos concretos, como também condutas virtuais, ainda não cometidas**, moldando um padrão de conduta social desejado pelos detentores de poder. É por isso que, para o autor, a punição moderna passou a ser calculada essencialmente a partir da virtualidade do indivíduo, e não de suas condutas concretas! Pegou?

LETRA C – ERRADA. O livre arbítrio é prejudicado justamente por conta da normatização virtual.

LETRA D – ERRADA. Como vimos, a dominação estatal vai além da correção da ofensa ao soberano.

LETRA E – ERRADA. Balela do examinador. Não há que se falar em pacto social.

GABARITO: LETRA B

5. FGV - 2014 - TJ-GO

Com o advento das sociedades disciplinares, a prisão desponta como sendo a punição por excelência. Contudo, o projeto da técnica corretiva que acompanhou a lógica da detenção punitiva é simultâneo à crítica da prisão e de seus métodos. Assim, segundo Foucault, a promessa de regenerar o apenado através do encarceramento corresponde a uma utopia fracassada, haja vista a prisão:

- a) reduzir a criminalidade sem modificar a desigualdade social;
- b) ficar subordinada à autoridade da figura do juiz penal;
- c) objetivar a delinquência e consolidá-la no fluxo das ilegalidades;
- d) combater o tráfico de drogas e reduzir a prostituição;
- e) atender aos anseios da classe burguesa frente ao proletariado.

RESOLUÇÃO: Vimos que que M. Foucault criticou as formas como os indivíduos são controlados pelas instituições sociais, do que é exemplo a instituição prisional. Nesse sentido, **a prisão seria uma forma de fabricar delinquência, e não de recuperar pessoas**, já que usa o poder disciplinar para reforçar o poder estatal. Assim, a promessa de regenerar um apenado seria apenas uma utopia fracassada.

LETRA A – ERRADA. É justamente o contrário: Foucault fala da prisão como fábrica de delinquência, e não como instituição que reduz criminalidade.

LETRA B – ERRADA. A crítica de Foucault não se dirigiu a uma autoridade específica, mas sim a todos os detentores de poder que utilizam as instituições como forma de dominação social.

LETRA C – CERTA. Foi exatamente o que vimos: a prisão é entendida por Foucault como um dos mecanismos institucionais de manipulação da população. Nesse sentido, objetiva a delinquência, já que produz a contravenção, assim como o manicômio não cura, mas produz doença mental. Para ele, as instituições são mecanismos estatais de subversão.

LETRA D – ERRADA. Nada a ver! Para Foucault, a função social da prisão é o oposto de qualquer benfeitoria que se possa pensar.

LETRA E – ERRADA. Fique atento! Foucault não fez críticas à burguesia! Vira e mexe isso aparece em provas, tentando confundir os desatentos. A crítica de Foucault é sobre as formas de dominação que as instituições exercem na sociedade, a partir das manipulações dos detentores de poder.

GABARITO: LETRA C

6. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Em uma situação de perícia, a pericianda pede ao psicólogo-perito que não revele parte do que ela lhe disse durante a entrevista, pois teme que essas informações possam prejudicá-la. Nessa situação, Sidney Shine (2014) recomenda que o psicólogo-perito esclareça que:

- a) serão revelados apenas os dados que a pericianda autorizá-lo a revelar.
- b) juntos, psicólogo-perito e pericianda, decidirão o que deverá ser revelado ou não.
- c) todos os dados obtidos na perícia estarão protegidos por sigilo profissional.

- d) poderão ser protegidos por sigilo os dados irrelevantes para o foco da perícia.
- e) constarão no parecer apenas os dados obtidos por meio de testes psicológicos.

RESOLUÇÃO: A perícia psicológica forense é um **psicodiagnóstico**, que se caracteriza pela investigação e análise de fatos e pessoas, com o foco em aspectos do funcionamento psicológico dos envolvidos, visando subsidiar decisões legais. Nesse sentido, Shine recomenda que seja esclarecido aos periciandos que as informações relevantes ao caso estarão contidas no laudo pericial, todavia, os fatos irrelevantes para a construção do diagnóstico serão preservados pelo sigilo profissional e não constarão do documento. Visto isso, vamos às alternativas:

LETRA A – ERRADA. O psicólogo-perito não está à serviço do periciando, e sim do magistrado. Nesse sentido, deverá elaborar laudo com todos os fatos que considerar relevantes para subsidiar a tomada de decisão.

LETRA B – ERRADA. O erro da B se justifica pelo mesmo argumento da alternativa A – o psicólogo deverá servir ao juiz, e não ao periciando.

LETRA C – ERRADA. Se todos os dados obtidos em perícia estivessem protegidos pelo sigilo, não seria possível a construção de um laudo psicológico, concorda?

LETRA D – CERTA. Como vimos, Shine recomenda que seja esclarecido aos periciandos que as informações relevantes ao caso estarão contidas no laudo pericial, todavia, os fatos irrelevantes para a construção do diagnóstico serão preservados pelo sigilo profissional e não constarão do documento.

LETRA E – ERRADA. A coleta de dados poderá ser por entrevista, observação, investigação social e etc, portanto não é restrita aos testes psicológicos.

GABARITO: LETRA D

7. FGV - 2015 - TJ-PI

Cristina e Alberto, pais das crianças Alberto Junior e Isabelle, de 2 e 4 anos, trouxeram do interior a adolescente Maria de Fátima, 16 anos, para trabalhar como babá de seus filhos. Sobre essa situação e de acordo com a legislação, é correto afirmar que:

- a) não há irregularidade em ajudar a adolescente carente proporcionando-lhe casa, comida, roupa e trabalho digno;
- b) a jovem Maria de Fátima poderá trabalhar na casa da família bastando a autorização por escrito dos pais ou responsável com firma reconhecida;
- c) Maria de Fátima pode prestar serviços domésticos, desde que haja registro em carteira de trabalho e comprovação de conclusão do ensino fundamental;
- d) Cristina e Alberto precisarão regularizar a guarda da adolescente junto à autoridade judiciária de seu domicílio;
- e) o trabalho infanto-juvenil é prática disseminada e culturalmente aceita em diversas regiões do país, devendo essa diversidade ser respeitada.

RESOLUÇÃO: Questão polêmica! Provavelmente, a banca a elaborou pensando na então recente implementação da regulamentação da Lei dos Domésticos (**LC 150/2015, que proíbe o trabalho doméstico a menores de 18 anos**), juntamente com alguns elementos que encontramos no ECA. Percebe-se, assim, que a adolescente Maria de Fátima não poderia exercer o trabalho de babá, **o que invalida as letras A, B, C e E, sobrando apenas a letra D como gabarito**. Mas acredito que essa alternativa também não está adequada, porque dá a entender que é possível solicitar a guarda de um menor e explorá-lo como trabalhador doméstico, o que seria um absurdo. De todo modo, fica o aprendizado: não há que se falar em trabalho doméstico para menores de 18 anos, ok?

GABARITO: LETRA D

8. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Como destaca Cássia Regina de Souza Preto (2016), há situações de emergência nas quais o psicólogo terá de produzir um documento urgente a ser apresentado ao Juiz. Esse documento, via de regra, consiste em um breve relato da situação, com posicionamento técnico do profissional, sendo denominado

- a) Laudo informativo.
- b) Registro documental.
- c) Prontuário provisório.
- d) Relatório circunstanciado.
- e) Briefing psicológico.

RESOLUÇÃO: A questão foi retirada do livro Laudo Psicológico, da autora Cássia R. S. Preto. Mas a palavra-chave para acertá-la está no enunciado, que diz: "há situações de emergência nas quais o psicólogo terá de produzir um documento urgente". Vejamos:

LETRA A – ERRADA. Normalmente, o psicólogo judiciário irá produzir um laudo ao juiz. Só que esse laudo é decorrente de um psicodiagnóstico, que é um procedimento demorado e complexo, que não se encaixa nos quesitos de urgência da afirmação do enunciado. Portanto, descartamos a letra A.

LETRA B – ERRADA. Um registro documental é algo demasiadamente simples, como por exemplo uma anotação de hora de entrada e hora de saída. Não seria suficiente para atender a uma solicitação do magistrado.

LETRA C – ERRADA. O prontuário, mesmo que elaborado com urgência, será definitivo, e não provisório.

LETRA D – CERTA. O relatório circunstanciado, conforme descreve a autora mencionada, é o documento ideal para ser apresentado pelo psicólogo em casos de emergência, nos quais se solicita a produção de um documento urgente. Perceba que *circunstanciado* vem de circunstância (que é igual a *situação*, ou seja, uma situação emergencial).

LETRA E – ERRADA. Briefing psicológico? Essa foi boa né?! Já ouviu falar disso? Nem eu!

GABARITO: LETRA D

9. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

De acordo com as disposições da Lei de Guarda Compartilhada (Lei 13.058/2014), leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

II. Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, deverá ser aplicada a guarda unicamente à mãe.

III. Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses do pai ou da mãe.

IV. Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

RESOLUÇÃO: Vamos analisar as assertivas, à luz da Lei 13.058/14, que alterou o Código Civil (CC) para dispor sobre a guarda compartilhada:

ITEM I – CERTO. De fato, na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre os genitores, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos, de acordo com o que prevê o Art. 1.583, §2º do CC, alterado pela lei supracitada;

ITEM II – ERRADO. Na verdade, quando não houver acordo entre pai e mãe quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, **será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor**, conforme previsão no Art. 1.584 §2º do CC na nova redação.

ITEM III – ERRADO. De acordo com o princípio do melhor interesse da criança e de disposição legal expressa no Art. 1.583, §3º do Código, alterado pela Lei 13.058/14, a cidade considerada base de moradia dos filhos **será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos;**

ITEM IV – CERTO. É o que prevê o Art. 1.584, §5º - se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, **deferirá a guarda a pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida**, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

GABARITO: LETRA E

10. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

Leia a citação a seguir.

“A violência ou abuso físico intrafamiliar está relacionado ao uso de força física contra a criança ou adolescente por parte de seus cuidadores, sejam pais adotivos ou biológicos ou ainda outros, que devam zelar por seu bem-estar e integridade física e emocional.” (Ceconello, De Antoni e Koller, 2003, apud De Antoni e Koller in: Habigzang et al., 2012, p. 43.)

A partir do contexto da violência intrafamiliar, avalie as afirmações a seguir.

I. Pais abusivos demonstram menos preocupação com os filhos e mais desconforto frente a experiências negativas de outros, incluindo seus próprios filhos.

II. A falta de habilidade dos pais, bem como a precariedade de estratégias para lidar com os desafios advindos do desenvolvimento dos filhos, podem gerar ainda mais conflitos.

III. Pais com alto potencial para o abuso físico demonstram limitações empáticas.

IV. Pais abusivos expressam menos compaixão e solidariedade, além de demonstrarem sentimento de culpa pelos erros e atitudes tomadas para com seus filhos.

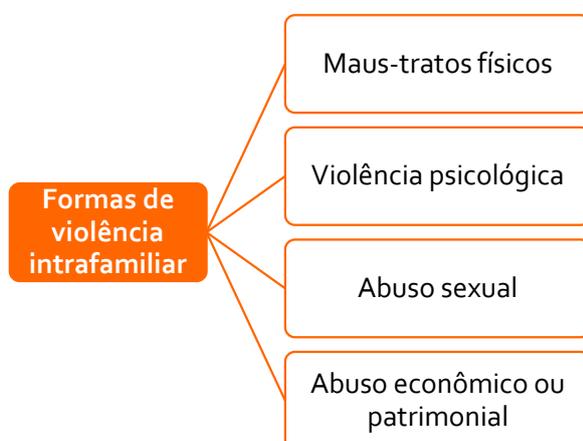
V. O fato de os filhos serem vistos pelos pais como causadores de conflitos pode estar associado ao comportamento desafiador da criança e do adolescente.

Estão CORRETAS somente as afirmações

- a) II, III, IV e V.
- b) I, II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) IV e V.

RESOLUÇÃO: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR é qualquer tipo de relação abusiva que se estabelece no contexto privado da família, contra quaisquer dos membros integrantes dela.

A violência intrafamiliar pode ter as seguintes formas:



Vamos analisar cada um dos itens:

ITEM I – CERTO. De fato, os pais abusivos demonstram menos preocupação com os seus filhos e mais desconforto frente a experiências negativas dos filhos de outras pessoas;

ITEM II – CERTO. Muitas vezes, diante da falta de habilidade dos pais e da falta de estratégias para lidar com os filhos, os conflitos emergem ainda mais, agravando relacionamentos abusivos;

ITEM III – CERTO. O abuso por si só, seja ele físico, psicológico ou sexual, advém de uma incapacidade de empatia, de se colocar no lugar do agredido.

ITEM IV – ERRADO. É fato que pais abusivos expressam menos compaixão, mas não podemos afirmar que demonstram sentimento de culpa. Pelo contrário, vimos no item anterior que há falta de empatia.

ITEM V – CERTO. Nem sempre os pais têm habilidades para identificar um comportamento desafiador, natural em crianças e adolescentes. Muitas vezes, esses comportamentos são geradores de ainda mais conflitos, na medida em que esses comportamentos frustram as expectativas irreais dos pais abusivos.

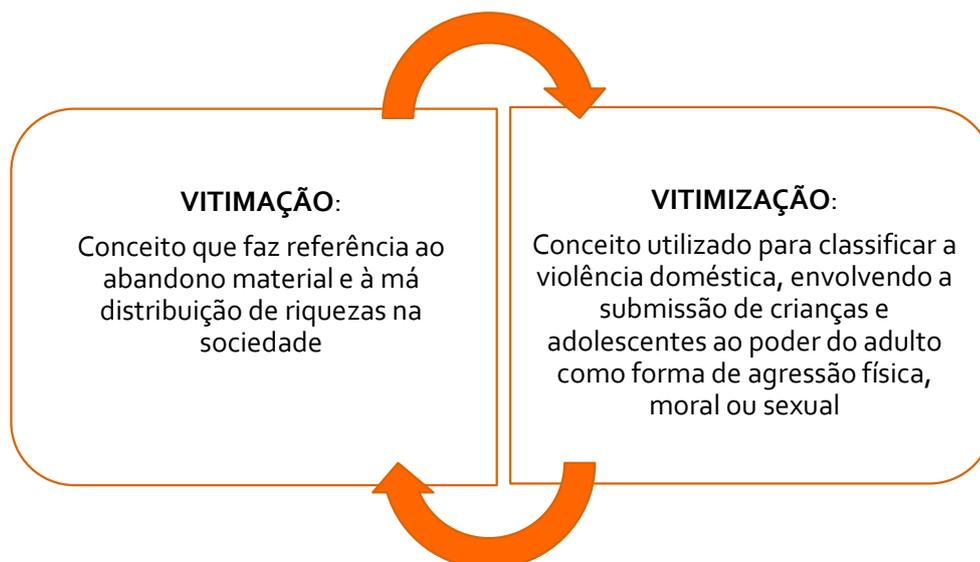
GABARITO: LETRA B

11. FGV - 2015 - TJ-PI

Com relação ao fenômeno da violência cometida contra a infância, é possível distinguir a vitimização da vitimação. A vitimização pode ser definida como:

- uma forma de violência estrutural, em que pelo alto risco a que a criança é submetida, possa sofrer, cotidiana e permanentemente, a violação de seus direitos mais elementares;
- uma imposição da necessidade de subsistência e aumento da renda familiar, que introduz precocemente a criança no mundo do trabalho;
- uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la ao poder do adulto, objetivando coagi-la a satisfazer seus interesses, expectativas ou paixões;
- uma forma de criminalização da pobreza através da ideologia da repressão presente nas políticas assistencialistas que submetem os mais pobres à tutela estatal;
- um fenômeno da fuga de crianças para as ruas, quando passam a se socializar com quem lhes dá segurança e proteção em troca da prática de ilícitos.

RESOLUÇÃO: Para respondermos esta questão, precisamos primeiramente diferenciar os dois conceitos: **vitimação** e **vitimização**, lembrando que a banca quer o que faz referência ao segundo termo. Vejamos:



LETRA A – ERRADA. A vitimação é que é uma forma de violência estrutural, decorrente do abandono material, como vimos no esquema acima.

LETRA B – ERRADA. Nada a ver. Isso seria uma forma de exploração infantil, mas não vitimização.

LETRA C – CERTA. Como vimos, a vitimização é uma forma de submeter crianças e adolescentes ao poder do adulto, de modo a coagi-la a satisfazer seus interesses, expectativas ou paixões. É o que se observ especialmente em casos de abuso sexual.

LETRA D – ERRADA. Não há que se falar em criminalização da pobreza, e se assim o fosse, o conceito estaria ligado à vitimação, e não à vitimização.

LETRA E – ERRADA. Outra balela do examinador. Como vimos, o termo vitimização tem relação com violência doméstica e intrafamiliar.

GABARITO: LETRA C

12. FGV - 2014 - TJ-GO

“De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, em 48 pesquisas realizadas com populações de todo o mundo, de 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de sua vida”. (Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde apud MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica In Brandão, Eduardo & Gonçalves, Hebe. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2011).

São fatores que se articulam ao fenômeno da violência contra a mulher:

- a) a responsabilidade da mulher que não rompe o relacionamento com o agressor, a baixa autoestima das mulheres e a banalização da violência doméstica;
- b) a dependência econômica das mulheres, a existência de filhos que necessitam do pai e a falta de assistência de uma rede de assistência às vítimas;

- c) a convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada;
- d) a ausência de políticas públicas articuladas sobre o tema, o temor pelo perigo real de morte na ruptura e a convivência das próprias vítimas;
- e) a complacência social com o fenômeno, os baixos índices de punição dos acusados e o empoderamento das vítimas pela proteção recebida de suas famílias consanguíneas.

RESOLUÇÃO: É possível identificar a existência de condições individuais, familiares e coletivas que aumentam o risco de ocorrência de situações de violência, entre elas:

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

- Banalização da violência doméstica;
- Dependência econômica da mulher;
- Maior incidência de uso de álcool e drogas;
- Presença de um modelo familiar violento na família de origem;
- Exposição prolongada a relações abusivas;
- Dependência emocional;
- Baixos índices de punição dos acusados;
- Barreiras à denúncia (vergonha, exposição, falta de segurança na rede pública de apoio);
- Temor pelo perigo real de morte;
- Construção de identidade de gênero subordinada, entre outros.

LETRA A – ERRADA. O erro da letra A está em dizer que há responsabilidade da mulher que não rompe o relacionamento com o agressor, quando sabemos que há uma série de fatores que desencadeiam essa postura, como vimos no quadro acima.

LETRA B – ERRADA. A letra B é traiçoeira, mas também está errada, já que a existência de filhos é muitas vezes o que impulsiona a vítima a buscar ajuda, com medo que o agressor faça mal a eles, daí a incorreção.

LETRA C – CERTA. Como vimos, a convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada são fatores que contribuem para a exposição da mulher a situações de abuso e violência.

LETRA D – ERRADA. Não há que se falar em convivência em relações abusivas.

LETRA E – ERRADA. O erro da E é obviamente o empoderamento das vítimas pela proteção recebida de suas famílias consanguíneas. Se assim o fosse, não teríamos tantos casos de violência acontecendo.

GABARITO: LETRA C

13. FGV - 2014 - TJ-RJ

A identificação da ocorrência de violência sexual contra a criança é assunto controverso, sobretudo, quando ocorre no contexto de separação conjugal litigiosa. Dada a sua complexidade, é correto afirmar que:

- a) o uso de bonecas anatomicamente corretas é comprovadamente o melhor método de investigação da violência sexual nas entrevistas de revelação;
- b) nem todas as denúncias de abuso sexual no contexto da separação são falsas, tampouco nem toda denúncia falsa tem como intenção prejudicar o acusado;
- c) não deve haver contato do acusado com o filho até que terminem as investigações sobre a existência ou não do abuso;
- d) a recusa da criança em se encontrar com o acusado deve-se a uma situação abusiva quando em sua companhia, não necessariamente sexual;
- e) E em se descobrindo tratar-se de denúncia falsa, a mãe alienadora deve perder a guarda em favor do alienado.

RESOLUÇÃO: A questão aborda o conhecimento sobre alienação parental, abuso sexual e violência intrafamiliar. Vejamos:

LETRA A – ERRADA. Oi? Já ouviu falar disso? Nem eu! Viagem total do examinador.

LETRA B – CERTA. Sabe-se que, muitas vezes, disputas judiciais são travadas a fim de que se consiga algum reparo emocional pela situação que se está vivendo, o que foge e muito daquilo que objetiva um processo. Diante disso, é fundamental que o psicólogo perceba qual é o lugar que os filhos ocupam, por exemplo, em uma disputa de guarda ou em uma denúncia de abuso sexual. Todavia, é importante considerar que nem toda denúncia visa prejudicar o acusado com alegações infundadas – muitas vezes, há reais indícios de que a situação abusiva está ocorrendo e o temor pelo bem-estar dos envolvidos legitima a busca por soluções.

LETRA C – ERRADA. É preciso que haja indícios suficientes de materialidade e autoria para que o juiz determine, liminarmente, a interrupção do contato entre o filho e o acusado. Todavia, saiba que, na prática, os juízes costumam conceder a liminar, pelo princípio do melhor interesse da criança, conforme previsão do ECA).

LETRA D – ERRADA. Nada disso, não é possível fazer essa generalização. A recusa da criança em manter contato pode advir de um caso de alienação parental, por exemplo (dentre outros fatores).

LETRA E – ERRADA. Nem sempre há a perda da guarda em favor do alienado. Isso porque uma série de fatores deverão ser considerados e outras medidas que poderão ser aplicadas, visando, novamente, o melhor interesse da criança.

GABARITO: LETRA B

14. FGV - 2014 - TJ-RJ

A gestante Paula, 27 anos, foi encaminhada ao Juízo da Infância e da Juventude pela assistente social do posto de saúde onde fazia seu pré-natal, a quem revelou sua intenção de entregar o bebê em adoção. Existem estudos sobre as mães que, por entrega ou por abandono, separam-se de seus bebês, que revelam que:

- a) a motivação para a entrega das crianças em adoção ou pelo seu abandono é a falta de condições econômicas das mães;
- b) o abandono é uma perversão do instinto materno inerente aos processos filogenéticos da gestação, do parto e do aleitamento;
- c) muitas entregas são protetivas da criança e algumas se configuram em verdadeiro ato de amor da mãe pela criança;
- d) os laços de sangue são prioritários e o acolhimento da criança abandonada enquanto se resgata o amor materno é a medida mais indicada;
- e) os pais devem ser excluídos do processo de decisão quanto à entrega em adoção, já que o ônus da maternagem será da mulher.

RESOLUÇÃO: O tema adoção é muito frequente em provas de Psicologia Jurídica. Estudos revelam que, apesar de haver uma tendência de se classificar a entrega do filho como abandono (noção que está ligada ao estereótipo da maternagem), muitas entregas são atos conscientes de uma falta de estrutura mínima (seja ela física, econômica ou psicológica) de arcar com os inúmeros encargos da maternidade. Tendo isso em mente, vamos às alternativas:

LETRA A – ERRADA. A alternativa A poderia estar certa, mas está incompleta – não só a falta de condições econômicas motiva a entrega de crianças para adoção ou o abandono, daí a incorreção.

LETRA B – ERRADA. Abandono não pode ser considerado perversão. Essa alternativa reforçaria a noção de que o estereótipo da maternagem deve ser preservado, portanto está incorreta a letra B.

LETRA C – CERTA. Pesquisas apontam que, muitas vezes, no intuito de proteger esse nascituro, a mãe acaba entregando-o à adoção ou mesmo abandonando-o, na certeza de que ele encontrará uma família que melhor atenda às suas demandas.

LETRA D – ERRADA. Falar em laço sanguíneo como prioridade invalidaria a adoção enquanto medida equivalente em amor e acolhimento.

LETRA E – ERRADA. A letra E é absurda, já que sabemos que ambos os genitores precisam conceder expressamente a adoção.

GABARITO: LETRA C

15. FGV - 2015 - TJ-BA

“O processo de adoção internacional tem início ainda no país de origem, onde é feita a habilitação para adoção, de acordo com a legislação de cada país.” (OLIVEIRA, D. Adoção internacional: quando o improvável acontece. In LADVOCAT, Cynthia & DIJANA, Solange. Guia de adoção. São Paulo: Roca, 2014). Com relação ao trabalho de acompanhamento das crianças e adolescentes pelas equipes técnicas das Varas de Infância e Juventude nos processos de adoção internacional é correto afirmar que:

I – Ocorre antes da vinda dos pretendentes à adoção ao Brasil, quando se busca preparar as crianças para a chegada dos adotantes ao solo brasileiro e para desligamento dos adotandos das instituições de acolhimento.

II – Ocorre após a chegada dos adotantes no Brasil e início do estágio de convivência, quando se procura traçar um panorama do modo de vida dos adotantes no país de origem, bem como observar a formação de vínculos entre as crianças e os adotantes, a interação entre eles e as dificuldades encontradas.

III – Ocorre após o retorno dos adotantes e ida dos adotandos ao país de origem dos primeiros, através de avaliações semestrais das equipes técnicas das Varas de Infância, com o fito de avaliar o êxito na adaptação às novas rotinas e detectar possíveis insucessos que ensejem o retorno dos infantes e/ou adolescentes ao Brasil.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente II e III;
- d) somente I e III;
- e) I, II e III.

RESOLUÇÃO: Esta questão cobra conhecimentos acerca de procedimentos em casos de **adoção internacional**. Vejamos:

ITEM I – CERTO. O trabalho de acompanhamento de crianças e adolescentes é iniciado bem antes da vinda dos pretendentes à adoção ao Brasil, até porque, se a adoção já é medida excepcional (ela só ocorre quando cessadas as possibilidades de reinserção da criança/adolescente na família de origem, seja a nuclear ou a extensa), a adoção internacional é mais excepcional ainda: ela só ocorre quando verificada ausência de pretendentes habilitados residentes no país, conforme § 10 do Art. 50 do ECA;

ITEM II – CERTO. Quando os adotantes internacionais chegam ao Brasil, inicia-se o estágio de convivência, que visa traçar um panorama do modo de vida dos adotantes no país de origem, bem como observar a formação de vínculos entre as crianças e os adotantes, a interação entre eles e as dificuldades encontradas (Art. 46, § 4º do ECA);

ITEM III – ERRADO. Na verdade, o Art. 52, § 4º do ECA prevê que **organismos credenciados**, encarregados de intermediar todo o processo, enviarão relatórios semestrais pós-adotivos, pelo período mínimo de 02 anos. O erro do item foi falar em avaliação semestral feita por equipe técnica das varas de família.

GABARITO: LETRA B

16. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao abordar a relação entre ciências humanas e a instituição judiciária, Michel Foucault (2014) identifica, no saber psicológico,

- a) um conhecimento cumulativo não mais que tangencial ao saber jurídico.
- b) uma disciplina que veicula o discurso da regra, da normalização.
- c) um saber clínico libertador cujo foco é o homem senhor de seu próprio destino.
- d) um poder epistemológico que adota o código da lei sob a perspectiva da reparação.
- e) um domínio de conhecimento humanista sem lugar no âmbito jurídico.

RESOLUÇÃO: Para Foucault, uma das formas de se obter dominação e manipulação é por meio das relações entre **poder e conhecimento**. Nesse sentido, o saber e o acesso a ele estavam restritos a grupos minoritários, que usavam esse acesso restrito para manipular a sociedade e não para favorecê-la. Nesse escopo também se encontraria a Psicologia, que teria se desenvolvido, ao longo dos anos, visando atender aos interesses institucionais e disciplinares, buscando normalizar condutas, conforme as necessidades dos detentores de poder.



ATENÇÃO!

Sempre que falarmos em **Foucault**, é importante associar com as palavras: **crítica às instituições, institucionalização, poder, normalização, dominação e disciplina!**

LETRA A – ERRADA. Perceba que Foucault criticará a produção do saber psicológico. Nesse sentido, não pode ser a alternativa A, que traz uma descrição bem ponderada do que seria a produção do saber, concorda?

LETRA B – CERTA. É exatamente esse o ponto de vista do pensador: o saber psicológico é construído para atender a uma produção que veicula o discurso da regra, da normalização

LETRA C – ERRADA. Nada a ver! Como vimos, Foucault criticou as contribuições psicológicas, e não as tratou como um saber libertador.

LETRA D – ERRADA. Outra balela do examinador. Lembre-se que, para provas de concursos, você precisa associar os dizeres de Foucault a: crítica a instituições, relações de dominação e poder, verdades construídas e forjadas, etc.

LETRA E – ERRADA. Não há que se falar em saber humanista, ao contrário – há uma crítica justamente pela ausência de humanização, na visão do autor.

GABARITO: LETRA B

17. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Um psicólogo é entrevistado por um telejornal para comentar uma infração cometida por uma criança menor de idade. Para não a expor, esse profissional menciona apenas as iniciais do nome e do sobrenome da criança na reportagem. Nesse caso, o psicólogo

- a) descumpre o que é estabelecido pelo ECA, dado que a criança foi o infrator na situação.
- b) está protegido pela ausência de definição do ECA quanto ao uso de iniciais do nome e do sobrenome a criança nessa situação.
- c) atende ao que é determinado pelo ECA, se os pais da criança autorizarem a divulgação.
- d) deve revelar o nome da criança de acordo com o ECA, pois se trata de caso de interesse público.

- e) age de acordo com o que determina o ECA, ao usar as iniciais do nome e do sobrenome da criança para identificá-la.

RESOLUÇÃO: O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 142, parágrafo único, assim dispõe:

Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

LETRA A – CERTA. Veja que a criança em questão é a suposta autora da infração e, neste caso, não é permitida a divulgação de nenhum ato judicial, mesmo que o psicólogo mencione apenas as iniciais.

LETRA B – ERRADA. Como vimos, há expressa previsão no ECA acerca da conduta a ser adotada.

LETRA C – ERRADA. Vimos que a conduta do psicólogo não atende ao que é estabelecido pelo Estatuto, já que ele não poderia sequer ter mencionado as iniciais (não poderia fazer nenhum comentário sobre o fato).

LETRA D – ERRADA. A letra D é absurda! Se não é possível sequer revelar as iniciais, quicá o nome completo!

LETRA E – ERRADA. Como vimos, o psicólogo agiu em dissonância ao que prevê o Estatuto.

GABARITO: LETRA A

18. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A maior parte dos casos de abuso sexual ocorre no seio das famílias, apesar das proibições biológicas e culturais do incesto. Sendo assim, analise as seguintes proposições:

I. A família é uma instituição caracterizada como “sagrada” pela Religião e como “a base da sociedade” pelo Direito.

II. Para a Psicologia, a família é uma instituição na qual as relações se estabelecem independentemente do escopo social.

III. As relações familiares podem tanto promover o desenvolvimento saudável quanto desencadear desajustes, violências e psicopatologias.

IV. O abuso sexual infantil pode ocorrer em qualquer família e não somente naquelas consideradas “desestruturadas”.

V. A falta de comunicação é uma característica importante na dinâmica das famílias abusivas.

No que tange aos padrões, características e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil, é correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) V.

RESOLUÇÃO: Vejamos cada um dos itens:

ITEM I – CERTO. De fato, esse é um padrão social enormemente difundido, não é mesmo? E mesmo diante da concepção de família enquanto instituição sagrada, os casos de abuso são numerosos.

ITEM II – ERRADO. Nada disso. Pelo contrário, para a Psicologia de modo geral, a família é uma instituição inserida num contexto biopsicossocial.

ITEM III – CERTO. De fato, as relações familiares tanto podem promover desenvolvimento saudável quanto desajustes. Há inúmeros fatores que contribuem para isso (há condições particulares, familiares e sociais que podem gerar desajustes na dinâmica familiar. Vai depender de cada caso).

ITEM IV – CERTO. Há que se considerar que o critério de “desajuste” é, na verdade, um ponto de vista. Nesse sentido, famílias que são consideradas estruturadas (por terem boas condições financeiras e nenhuma dificuldade aparente) podem ser psicologicamente desequilibradas, por exemplo. Dessa forma, taxarmos uma família como estruturada ou desestruturada não é critério suficiente para prever se haverá situações de abuso ou não.

ITEM V – CERTO. A falta de comunicação aqui deve ser amplamente considerada – comunicação verbal, não verbal, diálogo intrafamiliar, proximidade e abertura entre os membros. De fato, quando esses elementos estão prejudicados, há um distanciamento, um estranhamento entre os integrantes da família, o que se caracteriza enquanto uma situação que favorece a dinâmica abusiva.

GABARITO: LETRA B

19. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

Leia o texto a seguir.

“A aproximação entre a Psicologia e o Direito ocorreu a partir da preocupação com a conduta humana. Apesar de atividades de intervenção, orientação e acompanhamento serem igualmente importantes, observa-se que a avaliação psicológica ainda é considerada a principal demanda dos operadores do Direito” (LAGO et al., 2009). Sobre a avaliação psicológica, no contexto jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em casos de suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes, é recomendando que se evite a realização de entrevistas em conjunto com a vítima e seus responsáveis, visto que a observação da dinâmica familiar não deve ser considerada nessas situações.
- b) Os peritos são profissionais reconhecidos na comunidade científica e indicados por uma das partes envolvidas no processo pericial.
- c) O emprego de testes psicológicos em situações de abuso sexual não é usual, sendo as entrevistas e as sessões lúdicas as melhores estratégias adotadas.

- d) A competência para ser julgado está relacionada com a capacidade de um réu em entender as acusações contra ele e de ajudar em sua própria defesa. Assim, pessoas com potencial intelectual rebaixado, com transtornos mentais ou com doenças neurológicas são consideradas incompetentes para serem julgadas.
- e) Após a conclusão do processo de avaliação psicológica, o psicólogo pode apresentar recomendações para as situações de conflito identificadas, entretanto não pode determinar os procedimentos jurídicos a serem adotados.

RESOLUÇÃO: Para responder a esta questão, é importante que você tenha clareza de qual é o papel do psicólogo diante de uma situação em que é convocado a periciar: entenda que esse profissional prestará um serviço de esclarecimentos acerca de fatos e/ou pessoas, no intuito de melhor subsidiar a tomada de decisão do magistrado. Nesse sentido, o psicólogo apenas fornecerá informações que têm caráter complementar a uma série de outras análises que o juiz precisará fazer, à luz da legalidade e dos princípios gerais do Direito.

Assim:

“Mesmo o juiz tendo solicitado a perícia, **ele mantém seu poder decisório**, podendo criticar, comentar e apreciar o laudo pericial, **acolhendo-o ou não**, segundo seu conhecimento, normas técnicas e lógicas, e convencimento.” (SILVA, 2009)

LETRA A – ERRADA. Ao contrário do que a Banca afirmou, na suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes é sim recomendando o uso de entrevistas em conjunto com a vítima e seus responsáveis. Há inúmeras formas de investigação (incluindo o polêmico depoimento sem dano), mas a entrevista com membros da família não pode ser descartada.

LETRA B – ERRADA. O laudo pericial será emitido **a pedido do juiz** e executado pelo **psicólogo concursado** do Tribunal (**você, futuro psicólogo judiciário!**). As partes poderão contratar peritos para fazer uma contra prova, mas não foi o que disse a assertiva.

LETRA C – ERRADA. Não há um único modo de se fazer perícia em casos de abuso. Inúmeros fatores vão influenciar (acesso à criança, situação familiar, dados disponíveis, perfil pessoal e escolha do psicólogo, etc). Portanto, não há que se falar em prevalência de uma ou outra forma.

LETRA D – ERRADA. Pessoas consideradas inimputáveis por serem simi-incapazes ou absolutamente incapazes sofrerão outras penalidades, que não as comumente aplicadas. Todavia, não ficarão isentas de arcar com as consequências de seus atos. Ademais, o termo “competente”, utilizado na questão, está equivocado.

LETRA E – CERTA. Como vimos, o trabalho do psicólogo é fornecer informações que subsidiarão a tomada de decisão do magistrado. Não podemos falar, portanto, que é o psicólogo que determinará a condução do processo.

GABARITO: LETRA E

20. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A alienação parental é uma violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente e constitui um abuso moral com penalização prevista em lei. Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial. Sobre o assunto, assinale alternativa CORRETA.

- a) Em razão do caráter de urgência de apreciação de situações de indícios de alienação parental, o Ministério Público não se manifestará nos autos, salvo se houver pedido expresso dessa manifestação feito por uma ou por ambas as partes.
- b) Dada a complexidade de realizar a perícia relativa à avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme for o caso, o perito ou a equipe multidisciplinar terá o prazo de 45 dias para apresentar o laudo, prazo esse prorrogado uma única vez, por igual período, mediante autorização judicial justificada.
- c) Verificada a prática de alienação parental, a autoridade judiciária poderá inverter a guarda ou mesmo converter a guarda para guarda compartilhada da criança ou adolescente.
- d) A alienação parental somente pode ser praticada pelos genitores, não podendo ser caracterizada por atos praticados pelos avós de crianças e adolescentes.
- e) A mudança de domicílio do genitor detentor da guarda de criança para local distante que dificulta a convivência da criança com outro genitor, ainda que ocorrida por motivo justificável, caracteriza a alienação parental.

RESOLUÇÃO: Para a resolução desta questão, era necessário, além do conhecimento mínimo acerca da alienação parental, o conhecimento da Lei 12.318/10, que regulamento o assunto. Vejamos:

LETRA A – ERRADA. O erro da alternativa A está em dizer que o MP não será ouvido. Vamos ver o que diz a Lei 12.318/10, Art. 4º: declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o **juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público**, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

LETRA B – ERRADA. Na verdade, a apresentação do laudo se dará em **90 dias, e não 45**, conforme podemos constatar no § 3º do Art. 4º: o perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental **terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo**, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

LETRA C – CERTA. É exatamente a previsão do Art. 6º da Lei 12.318/10: caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, **o juiz poderá**, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, **segundo a gravidade do caso:**

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;

IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;

V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

LETRA D – ERRADA. Ainda de acordo com a lei, temos: Art. 2º: considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente **promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância** para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

LETRA E – ERRADA. A mudança de domicílio para local distante somente poderá ser configurada como prática de alienação parental se **não houver motivo justificável** para essa mudança.

GABARITO: LETRA C

21. PUC-PR - 2017 - TJ-PR

A Lei 12.010/2009, em seu Art. 39, Parágrafo 1, estabelece: “A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa (...)”. Sobre o tema, avalie as afirmações a seguir.

I. O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

II. Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovado o exercício de alguma prática religiosa e a estabilidade da família.

III. A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude.

IV. A adoção será indeferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença judicial.

V. Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais em processo de habilitação à adoção.

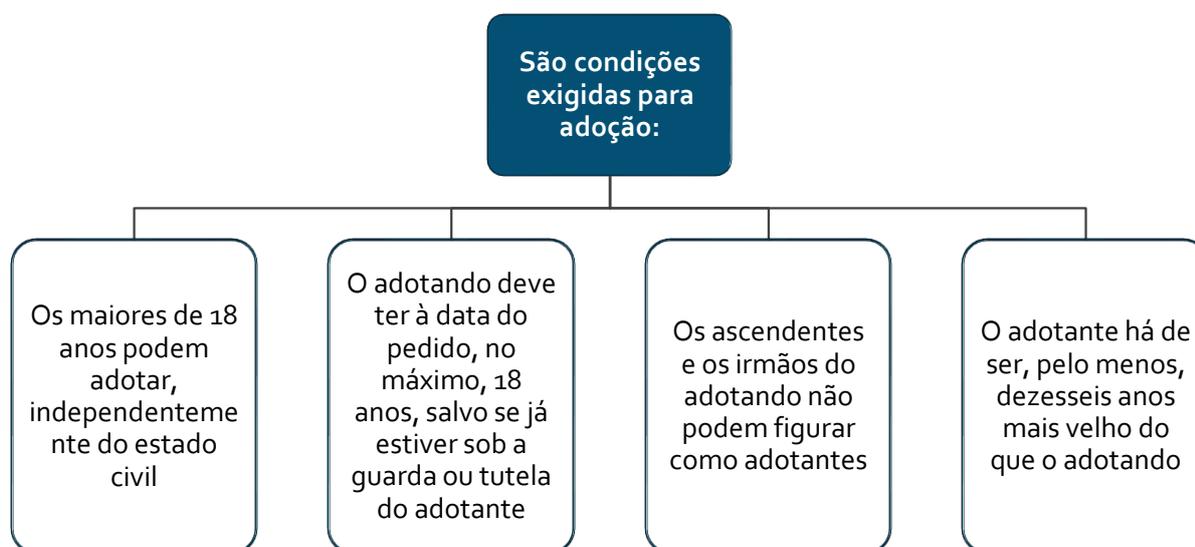
É CORRETO o que se afirma apenas em

- a) II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II e V.
- d) I e III.
- e) III.

RESOLUÇÃO: A questão exige conhecimentos acerca da adoção e da Lei 12.010/09. Vejamos:

ITEM I – CERTO. A Lei 12.010/09 alterou o ECA, em seu Art. 46, para prever, em seu § 1º, que **o estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente** para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo (redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

ITEM II – ERRADO. Não é necessário que os adotantes sejam casados na adoção conjunta. A união estável também é considerada! Aliás, uma pessoa solteira, desde que seja maior de 18 anos e cumpra outras condições (por exemplo, ter pelo menos 16 anos a mais que a criança a ser adotada) poderá adotar. Veja o que diz a lei no Art. 42: **podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil (...)** § 2º: para **adoção conjunta**, é indispensável que os adotantes sejam **casados civilmente ou mantenham união estável**, comprovada a estabilidade da família. Vamos aproveitar para lembrar alguns pontos:



ITEM III – CERTO. No § 3º do Art. 50, temos que **a inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica**, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

ITEM IV – ERRADO. Pelo contrário! No Art. 42, § 6º, temos que **a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer** no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

ITEM V – ERRADO. Esse item é uma tremenda sacanagem da Banca! Está quase totalmente correto, mas há uma distorção sutil da redação oficial. Veja: Art. 50, § 5º: serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados **e de pessoas ou casais habilitados à adoção**, e não de casais em processo de habilitação à adoção, como afirmou a Banca. Questão maldosa!

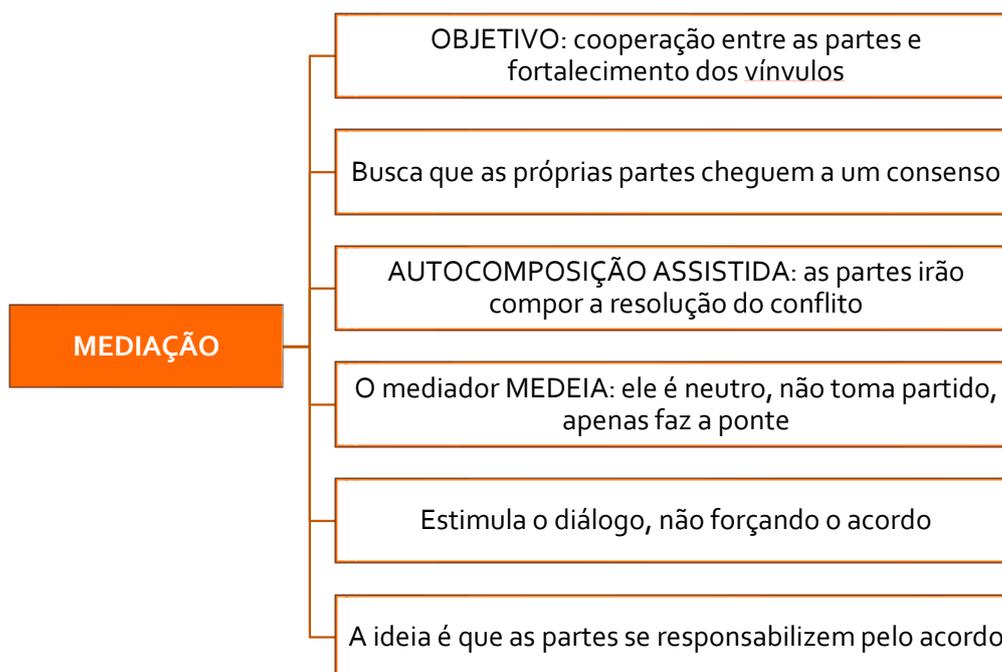
GABARITO: LETRA D

22. FCC - 2017 - TRT - 11ª Região (AM e RR)

O crescente número de divórcios e rupturas conjugais, nas últimas décadas, aumentou a procura por meios alternativos de resolução de conflitos. Nesse contexto, a mediação familiar é usada, basicamente, para ajudar casais em vias de separação, a chegarem a um acordo mutuamente aceitável. Dentre as diferenças entre mediação familiar, aconselhamento e terapia, encontra-se que conselheiros/terapeutas podem aconselhar apenas uma das partes, procuram aumentar o esclarecimento pessoal, facilitam a reflexão, exploram a história pessoal e familiar e a experiência passada como uma chave para o presente, enquanto mediadores familiares comprometem-se com ambas as partes desde o início, procuram:

- a) iniciar o processo sem contrato escrito, a relação entre cliente-mediador pode envolver dependência durante algum tempo, concentram-se mais no passado e no presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, a confecção de uma autobiografia.
- b) fornecer informação sobre o aconselhamento, podem usar teorias psicanalíticas, concentram-se mais no passado para a compreensão da disputa atual, realizam interpretações focais.
- c) obter a conciliação, não possuem ligação com processo legal, concentram-se mais no passado recente para a compreensão dos impasses do presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, role playings.
- d) ajudar as partes a atingir um acordo, estruturam discussões e exploram opções, concentram-se mais no presente e no futuro do que no passado, podendo utilizar diversas técnicas complementares, como por exemplo, dividir os problemas em partes menores.
- e) priorizar as perspectivas e as necessidades dos adultos em detrimento de focar o plano parental, podem utilizar teorias psicodinâmicas, concentram-se mais no futuro do que no presente, podendo utilizar técnicas complementares, como por exemplo, fotolinguagem.

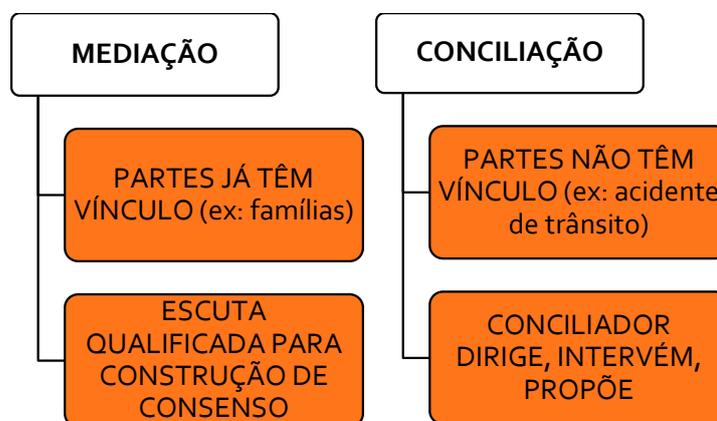
RESOLUÇÃO: A questão aborda o tema MEDIAÇÃO. Antes de analisarmos as alternativas, vamos relembrar alguns pontos fundamentais:



LETRA A – ERRADA. Há inúmeras possibilidades de atuação do mediador, mas o foco da questão é na utilização desse método de resolução de conflitos para ajudar casais em vias de separação, a chegarem a um acordo mutuamente aceitável, evitando a demanda judicial. Nesse sentido, o foco deve estar no presente e no futuro (o casal deve pensar como será de agora em diante, como pretende encerrar este ciclo, etc), e usar de técnicas bastante pontuais para atender à demanda focal, o que exclui a produção de uma autobiografia (que viagem do examinador!).

LETRA B – ERRADA. Os mediadores familiares de fato realizam interpretações focais, mas com foco na situação presente. Podem até visitar alguns elementos do passado, haja vista que a relação fragilizada precisa ser, em algum nível, reestabelecida, mas o grande foco está em resolver o conflito atual e evitar que a separação acabe em uma disputa litigiosa.

LETRA C – ERRADA. Não confunda! Mediação é uma coisa e conciliação é outra! Vamos relembrar as diferenças entre elas?



LETRA D – CERTA. Conforme vimos, o mediador visa ajudar as partes a chegar a um acordo, concentrando-se mais no presente e no futuro do que no passado, podendo utilizar diversas técnicas complementares, como por exemplo, dividir os problemas em partes menores, a fim de promover o diálogo e o entendimento do casal.

LETRA E – ERRADA. Essa letra E é uma confusão só! Nenhum dos conceitos apresentados faz referência ao que seria a prática do mediador.

GABARITO: LETRA D

23. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à alienação parental, julgue o item subsequente.

Os critérios de diferenciação entre abuso ou descuido e a síndrome de alienação parental englobam as recordações dos filhos; a lucidez do genitor; situações patológicas da vítima; características pessoais das vítimas do abuso; e a análise do momento do abuso.

RESOLUÇÃO: De acordo com Gardner, os critérios utilizados para que possamos diferenciar o abuso do descuido são:



Perceba que o erro da questão é sutil: a Banca trocou **patologia do genitor** por **patologia da vítima**, daí o erro. Os demais estão corretos, de acordo com Gardner.

GABARITO: ERRADO

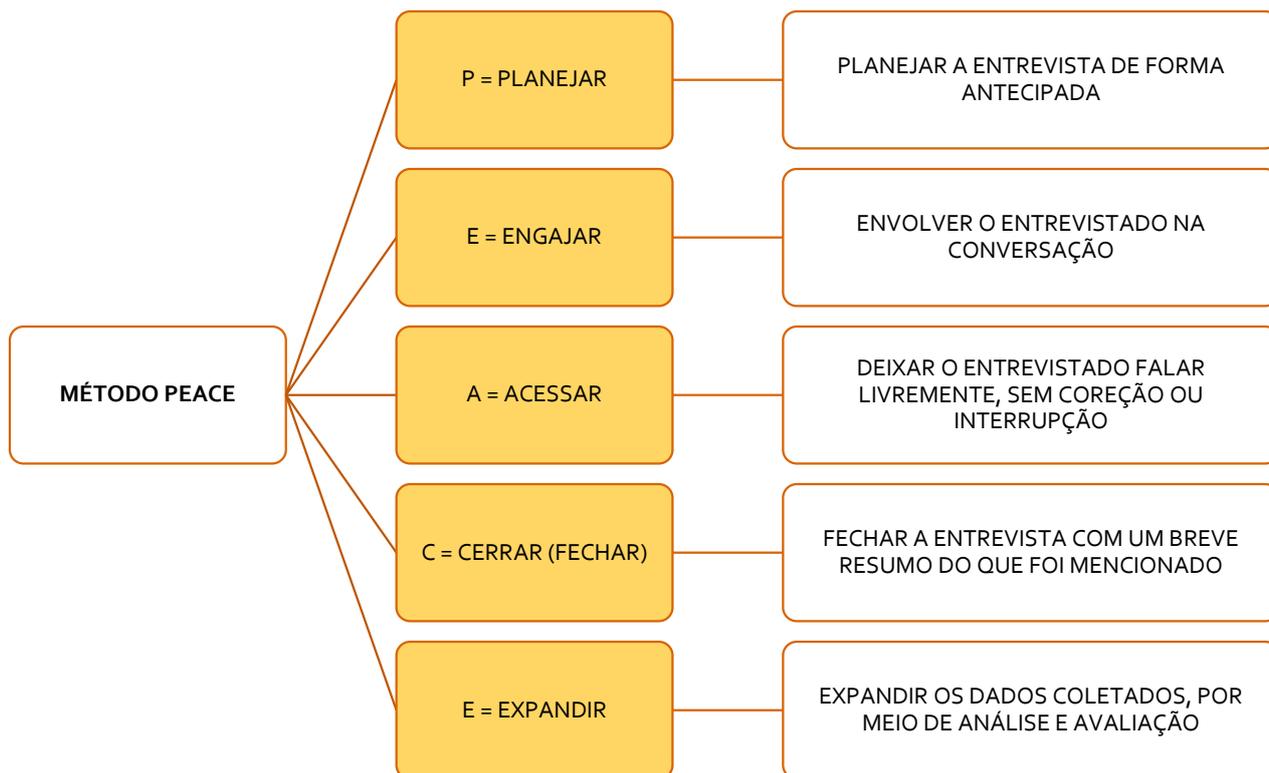
24. CESPE - 2015 - TJ-DFT

No contexto forense, o uso de técnicas de entrevistas e a aplicação de treinamentos para entrevistadores têm possibilitado uma melhoria no desempenho dos psicólogos durante a realização de entrevistas, especificamente na detecção de mentiras. Considerando esse assunto, julgue o item que se segue com relação à entrevista forense.

O método PEACE revela um significativo avanço nos procedimentos de entrevista forense, pois seus pressupostos baseiam-se em valores humanitários e respeito incondicional à vítima entrevistada. Por consequência, o desempenho do psicólogo nessa prática está diretamente relacionado ao quanto esse profissional consegue sustentar o vínculo com o entrevistado nesse momento crucial.



RESOLUÇÃO: Já tinha ouvido falar em método PEACE antes do CESPE? Eis mais uma pérola da Banca pra você anotar em seu caderninho! E se já foi cobrado, pode ter certeza que pode vir a ser novamente, então vamos lá: o método PEACE foi desenvolvido a partir de técnicas cognitivas de entrevista, visando detectar mentiras em depoimentos de **suspeitos e testemunhas**. Vejamos suas principais características:



Perceba que esse método é utilizado para a entrevista de **suspeitos e testemunhas**, e não de vítimas como disse a Banca. Ademais, o objetivo não é criar uma atmosfera humanitária, mas sim extrair elementos que possam identificar se o suspeito ou a testemunha estão falando a verdade ou não.

GABARITO: ERRADO

25. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

As intervenções psicológicas em situação de divórcio e separação, que passam pelo crivo das partes que poderão vir a contestar, criticar e por à prova o trabalho psicológico, em decorrência do princípio do contraditório e da livre convicção do juiz, têm por objetivo resgatar o embasamento teórico e o risco patológico desse momento, principalmente para os filhos.

RESOLUÇÃO: Dica rápida para você conseguir resolver questões Cespe sem muita dor de cabeça: antes de julgar o item, organize a frase na correta ordem frasal (sujeito – verbo – complemento) e retire as balelas do examinador, para limpar sua compreensão. Neste caso, ficaria assim:

As intervenções psicológicas em situação de divórcio e separação, ~~que passam pelo crivo das partes que poderão vir a contestar, criticar e por à prova o trabalho psicológico, em decorrência do princípio do contraditório~~

e da livre convicção do juiz, têm por objetivo resgatar o embasamento teórico e o risco patológico desse momento, principalmente para os filhos.

Agora, sua primeira missão é verificar se esta primeira frase estaria correta. Temos que SIM, está correta: as intervenções psicológicas visam mesmo verificar risco patológico, especialmente para os filhos, especialmente se considerarmos que o divórcio que se submeteu à demanda judicial certamente não está andando bem (se tudo estivesse tranquilo, as partes não teriam terceirizado ao judiciário a resolução do conflito, concorda?).

Ok, então agora vamos verificar a outra parte da questão – a parte que riscamos no começo. Aí temos um problema: as intervenções psicológicas **não passam pelo crivo das partes**, apesar de elas poderem sim contestar a decisão judicial. Entenda: a intervenção psicológica (entrevista, testagem, análise multidisciplinar da situação social e etc) **independe do consentimento das partes**, já que o psicólogo está a serviço do juiz. Pegou?

GABARITO: ERRADO

26. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

A confiabilidade do depoimento de crianças vítimas de abuso ou em situação de vulnerabilidade exige do psicólogo o conhecimento dos procedimentos de inquirição, bem como das categorias para análise da credibilidade do depoimento infantil, que são o processamento da memória, a codificação, o armazenamento, a recuperação e o estado emocional.

RESOLUÇÃO: Essa questão traz à tona a polêmica da inquirição de crianças e adolescentes. O CFP é contrário a tal prática, tendo editado inclusive uma resolução nesse sentido (que está suspensa). Segundo o Conselho, o procedimento de inquirição (também denominado Depoimento Sem Dano) é a oitiva judicial de criança e adolescentes, com o objetivo de evitar que uma perda da memória dos fatos prejudique a apuração da verdade real. No entanto, a crítica do CFP é acerca do que vem a ser a “verdade real”, principalmente quando contrastada com a subjetividade da criança e do adolescente.

O depoimento sem dano é previsto para ser realizado em recinto especialmente projetado para tal finalidade, contendo equipamentos próprios à idade do depoente. No entanto, o CFP questiona se a utilização de tais equipamentos, como brinquedos, fantoches, bonecos, e eventualmente papel e lápis para desenho, não se constituiriam, antes, em técnicas de extração da verdade, sem que a criança se dê conta de que está sendo inquirida.

Não nos cabe aqui adentrar nos pormenores da discussão. O que importa, para fins de prova, é que você saiba que **o CFP se posiciona contra a prática de inquirição (ou depoimento sem dano), o que torna a questão errada.**

GABARITO: ERRADO

27. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à alienação parental, julgue o item subsequente.

Alguns comportamentos clássicos de um alienador parental são os seguintes: apresentar o novo cônjuge aos filhos como sua nova mãe ou seu novo pai; esquecer-se de avisar ao outro genitor de compromissos importantes da criança, como a ida ao dentista ou reuniões da escola; ir às festividades da vida da criança acompanhado de seu novo cônjuge e enteados.

RESOLUÇÃO: Opa! Muita calma nessa hora! Nem toda conduta pode ser enquadrada como alienação parental. Vamos lembrar alguns conceitos importantes:

LEI 12.318/2010 – Art. 2º: Considera-se ato de alienação parental a **interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente** promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância **para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.**

Perceba que há que estar presente um repúdio ao genitor alienado, causando prejuízo da manutenção do vínculo da criança com este. Assim, um esquecimento eventual sobre uma consulta médica, ou a mera presença do novo cônjuge e enteados a uma reunião de família não podem ser consideradas condutas alienadoras. Errada, portanto, a afirmação da banca.

GABARITO: ERRADO

28. CESPE - 2016 - TRT - 8ª Região (PA e AP)

Uma paciente de setenta e cinco anos de idade, com quadro de declínio cognitivo e dificuldades motoras, buscou atendimento, pela quarta vez na mesma semana, na unidade básica de saúde próxima a sua residência. Quem sempre lhe acompanha nos atendimentos médicos é seu neto, Josias, que tem trinta e dois anos de idade, é solteiro, órfão, e possui problemas recorrentes por uso abusivo de álcool e outras drogas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à violência contra o idoso.

- Devido à debilidade da idosa, seu neto é quem deve ficar responsável por informar à equipe médica as queixas de sua avó.
- Caso seja constatada a ocorrência de violência patrimonial contra a idosa, o médico deverá proceder à realização da anamnese.
- O preenchimento da ficha única de notificação é dispensável em situações de violência psicológica e patrimonial.
- Nessa situação hipotética, a suspeita de negligência nos cuidados com a idosa não é requisito para realização de exame clínico.

- e) A recorrente busca da idosa por atendimento médico e o fato de ela ser acompanhada exclusivamente por seu neto são indicadores de risco de violência contra o idoso.

RESOLUÇÃO: Para resolvermos esta questão, é interessante conhecermos os fatores indicativos de risco para ocorrência de violência intrafamiliar:

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR – FATORES DE RISCO

- Distribuição desigual de autoridade e poder atribuída aos membros;
- Rigidez nos papéis familiares;
- Falta de diálogo e problemas de comunicação permanentes;
- Baixa autonomia dos membros;
- Dependência econômica ou emocional de um dos membros;
- Presença de modelo familiar violento na família de origem dos membros;
- Uso e abuso de álcool e drogas;
- entre outros.

LETRA A – ERRADA. A questão não é clara, nos faltariam elementos para assinalar essa alternativa. Veja que não está claro qual é a queixa da idosa, qual é o motivo da recorrência no posto de saúde, qual é a relação com esse neto.

LETRA B – ERRADA. O médico deve sim realizar exame clínico da idosa, mas não só - caso seja constatada violência contra o idoso, a obrigação primeira do médico é informar as autoridades competentes para que as providências sejam tomadas.

LETRA C – ERRADA. A notificação, por parte da equipe de saúde, é compulsória (obrigatória).

LETRA D – ERRADA. Nessa situação, a suspeita de negligência nos cuidados com a idosa é requisito suficiente para realização de exame clínico.

LETRA E – CERTA. A primeira parte da assertiva é questionável, já que a recorrente busca por atendimento médico poderia derivar de uma infinidade de fatores, relacionado inclusive à idade da paciente. Todavia, a segunda parte da questão está mesmo correta: o fato de o neto acompanha-la todas as vezes, exclusivamente, pode ser um indicativo de violência intrafamiliar. Isso porque esse neto por estar vindo acompanha-la com o intuito de monitorar sua conversa com o médico, não permitindo que ela conte tudo o que está por trás de suas consultas recorrentes. Todavia, considero a questão aberta demais, deixando inúmeras dúvidas no candidato. De todo modo, serviu para revisarmos os fatores de risco de violência intrafamiliar.

GABARITO: LETRA E

29. CESPE - 2016 - TRT - 8ª Região (PA e AP)

Na psicologia jurídica, configura exemplo de método adversarial

- a) o acordo.
- b) o julgamento.
- c) a conciliação.
- d) a mediação.
- e) a cooperação.

RESOLUÇÃO: Vamos revisar o que é método adversarial: temos que a resolução de conflitos pode ser marcada por autocomposição ou autodefesa:



Assim, as técnicas de **mediação, conciliação, cooperação e acordo** estão classificadas na AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS, já que pressupõem interesse na sua resolução. Já o julgamento é um método em que é necessário que um terceiro intervenha (no caso da justiça, esse terceiro é o juiz) porque as partes não estão dispostas a ceder. Nesse sentido, diz-se que o método judicial é adversarial, já que a lógica que prevalece é a de que um ganha e outro perde (as partes são adversárias e há uma disputa por saber quem sairá vencedor e quem será perdedor). Dito isso, vejamos:

LETRA A – ERRADA. Como vimos, o acordo é modalidade autocompositiva.

LETRA B – CERTA. O julgamento pressupõe que as partes não foram capazes de entrar em um acordo e levaram sua desavença à justiça. Cabe, então, ao juiz decidir sobre o conflito e essa decisão seguirá a lógica adversarial do tribunal – uma parte sairá vencedora e a outra, perdedora.

LETRA C – ERRADA. A conciliação é método de autocomposição.

LETRA D – ERRADA. A mediação também é método de autocomposição.

LETRA E – ERRADA. A cooperação, como vimos, também é um modo autocompositivo de resolução de conflito.

GABARITO: LETRA B

30. CESPE - 2015 - TJ-DFT

No contexto forense, o uso de técnicas de entrevistas e a aplicação de treinamentos para entrevistadores têm possibilitado uma melhoria no desempenho dos psicólogos durante a realização de entrevistas, especificamente na detecção de mentiras. Considerando esse assunto, julgue o item que se segue com relação à entrevista forense.

O método PEACE, desenvolvido pela Associação dos Chefes de Polícia da Inglaterra e País de Gales e pelo Home Office, é utilizado para entrevistar suspeitos e testemunhas, com base nos conhecimentos da área de psicologia e em evidências obtidas por meio das pesquisas psicológicas, que possibilita treinar os profissionais para que identifiquem sinais comportamentais de mentiras.

RESOLUÇÃO: Conforme vimos, o método PEACE foi desenvolvido a partir de técnicas cognitivas de entrevista, visando detectar mentiras em depoimentos de suspeitos e testemunhas, com base em técnicas de entrevistas cognitivas. Tal método visava justamente poder treinar os profissionais que iriam realizar as entrevistas, para que eles pudessem detectar possíveis distorções que indicassem mentiras.

GABARITO: CERTO

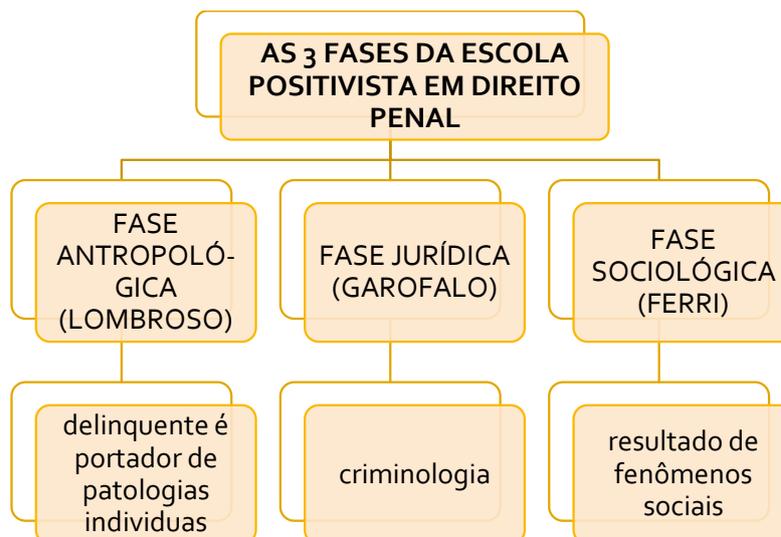
31. FGV – 2015 – TJ-BA

“Desde o início do século XX, popularizava-se entre os cientistas a antropometria, medição de ossos, crânios e cérebros que, por meio de comparações, pretendiam comprovar a inferioridade de determinados segmentos sociais, [tendo sido famosas] as teses de Paul Broca e Cesare Lombroso.” (COIMBRA, Jovens pobres. In FRAFA, P. C. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003).

Atuante em um período de constituição das primeiras alianças entre os discursos “psi” e o direito, Lombroso se tornou bastante conhecido por sua Antropologia Criminal, tendo sido responsável por categorizar indivíduos como:

- a) perigosos comunitários e desviantes irrecuperáveis
- b) degradados morais e degenerados familiares
- c) tarados hereditários e inferiores malsãos
- d) criminosos natos e perigosos sociais
- e) indisciplinados sociais e desorganizados familiares

RESOLUÇÃO: Esta questão exige nossos conhecimentos acerca das fases da escola positivista em Direito Penal. Na primeira delas, LOMBROSO propôs que os criminosos eram seres que já nasciam propensos a cometer delitos, tendo realizado inclusive experimentos de anatomia para comprovar a sua tese, por meio da lobotomia e medição de crânios. Sua tese, portanto, era a de que o criminoso era alguém nato. Vejamos as 3 fases:



LETRA A – ERRADA. Como vimos, a teoria de Lombroso tinha relação com as patologias natas.

LETRA B – ERRADA. Para Lombroso, a família e as relações morais pouco importavam, já que o criminoso já nascia com a propensão para o crime.

LETRA C – ERRADA. A questão da hereditariedade poderia até ter confundido você, mas na verdade não se tratava apenas da delinquência sexual, mas sim de todo o comportamento criminoso.

LETRA D – CERTA. Foi exatamente o que propôs o autor: os criminosos, por serem naturalmente inclinados ao cometimento de crimes, deveriam ser vistos como membros perigosos da sociedade.

LETRA E – ERRADA. Como vimos, o autor não relacionou a criminalidade com fatores sociais.

GABARITO: LETRA D

32. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Isabel da Silva Kahn Marin (2002), ao discutir a relação entre adolescência e violência na sociedade contemporânea, destaca o papel, nesse fenômeno,

- da dificuldade dos adultos de se mostrarem como representantes da autoridade e da lei frente à adolescência.
- da natureza intrinsecamente violenta dos rituais de passagem da adolescência para a vida adulta, observados em nossos dias.
- da influência da cultura da violência divulgada e incentivada de modo exaustivo pelos meios de comunicação.
- da necessidade de afirmação do jovem pela destruição do velho, característica do consumismo do século XXI.
- do investimento da mulher em projetos pessoais que deixam em segundo plano a saúde emocional da família.

RESOLUÇÃO: Marin discute o processo de subjetivação do adolescente e afirma que a violência, nessa fase da vida, poderia ser descrita enquanto uma forma de reação à ausência do reconhecimento de uma figura de autoridade. Nesse sentido, a autora afirma: "O que se tem visto são adultos que não conseguem se fazer presentes e fazer frente à tentativa de destruição, sendo assim, a rigor, um suporte da violência juvenil, por negar sua própria violência, já que sustentam sua potência imaginária numa figura amável e condescendente." (Marin, 2003).

LETRA A – CERTA. Eis o nosso gabarito. Como vimos, a autora aponta para uma fraqueza da figura paterna (a figura de autoridade, em termos psicanalíticos), levando os jovens a não reconhecerem nos adultos sua autoridade.

LETRA B – ERRADA. A autora não considera que a violência seja algo natural da adolescência, mas sim é um fenômeno que vem se construindo diante da falta de autoridade dos adultos.

LETRA C – ERRADA. Para a autora, o fenômeno da violência está relacionado a aspectos da interação com o adulto, e não necessariamente da influência dos meios de comunicação.

LETRA D – ERRADA. Nada disso. A relação que se pretende estabelecer é entre o jovem, a violência e o papel dos adultos nessa construção.

LETRA E – ERRADA. Viagem total do examinador! Como vimos, a violência, para a autora, tem relação com a dificuldade dos adultos de se mostrarem como representantes da autoridade e da lei frente à adolescência.

GABARITO: LETRA A

33. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao saber que uma criança de 7 anos não tem frequentado a escola ou recebido qualquer apoio educacional por parte dos pais, um cidadão decide informar a um órgão que tenha como finalidade específica zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Nesse caso, o encaminhamento deve ser feito

- a) ao Ministério Público.
- b) ao Ministério da Educação.
- c) ao Conselho Tutelar.
- d) à Vara da Família.
- e) à Vara da Infância e da Adolescência.

RESOLUÇÃO: A resposta para esta questão pode ser encontrada no ECA, que prevê:

ECA – CONSELHO TUTELAR:

- Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

- Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Note que é o **Conselho Tutelar** que irá encaminhar denúncia ao MP nos casos de violação de direitos da criança e do adolescente.

GABARITO: LETRA C

34. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

Na guarda compartilhada, os genitores precisam cumprir alguns requisitos, tais como possuírem certo grau de flexibilidade psicológica e maturidade, a fim de se submeterem a compromissos comuns; e estabelecerem um modo de vida que respeite eventuais problemas e não os transformem em impedimentos, reais ou presumidos, para o cumprimento do acordo previamente estabelecido sobre a guarda.

RESOLUÇÃO: É verdade. Isso porque, na guarda compartilhada a criança ficará com residência fixa na casa de um ou outro genitor, **mas a responsabilidade pela tomada das decisões caberá a ambos**, já que as duas partes detêm o poder familiar. Por exemplo: a criança mora com a mãe, mas o pai participa ativamente de todas as decisões, tais como: mudança de colégio, acompanhamentos médicos, decisão acerca de matricular no balé ou na aula de inglês, etc. Ou seja, a mãe não toma as decisões sozinha, por mais que a criança more com ela.

Temos a seguinte redação na Lei da Guarda Compartilhada:

GUARDA COMPARTILHADA:

LEI 13.058/2014 – GUARDA COMPARTILHADA:

Art. 1.634 - Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

- I - dirigir-lhes a criação e a educação;
- II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584;
- III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;
- IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior;
- V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município;
- VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;

- VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
- VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
- IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

GABARITO: CERTO

35. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

Na atuação junto a jovens infratores, com vistas a reintegrá-los no meio social, é necessário que os psicólogos tenham conhecimento de que programas com base em intervenções cognitivo-comportamentais reduzem a incidência da infração, ao passo que tratamentos fundamentados em punição e medo não têm tido sucesso.

RESOLUÇÃO: De fato, é importante ter em mente que a forma tradicional de lidar com cometimento de crimes e infrações (e, no caso de jovens, contravenções) é a prisão – modelo coercitivo/punitivo que visa reprimir condutas inadequadas e substituí-las por outras, mais assertivas. Só que, na prática, na melhor hipótese, o jovem infrator não irá repeti-la por medo de punição, mas dificilmente terá elaborado um aprendizado. Nesse sentido, o trabalho do psicólogo deve focar na ampliação das possibilidades de agir desse jovem, a partir de uma série de intervenções, que não aquelas embasadas no medo e na correção, já que estas, comprovadamente, não recuperam ninguém. Vejamos como pode se dar a atuação do psicólogo junto às varas da infância e juventude:



GABARITO: CERTO

36. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Uma criança é levada pela mãe, detentora da guarda unilateral, para atendimento psicológico em uma clínica especializada. Durante o período de atendimento, o pai se dirige à clínica e solicita ser informado do andamento e dos resultados desse processo. Nessa situação, a clínica deverá:

- revelar ao pai os mesmos dados informados à mãe, seja qual for o tipo de guarda, por ser o pai uma "pessoa de direito".
- ponderar se será de interesse da criança, ou não, dar acesso às informações do atendimento ao pai.
- negar o acesso do pai aos dados, alegando que só poderão ser revelados à mãe, considerada a "cliente".
- abrir para o pai apenas os dados do atendimento que se refiram a sua relação com a criança.
- informar que, por ser a mãe detentora de guarda unilateral, o pai não tem legitimidade para solicitar informações relativas aos filhos.

RESOLUÇÃO: Antes de resolvermos esta questão, vamos primeiro esclarecer alguns pontos:

- GUARDA COMPARTILHADA:** é a regra geral. Pai e mãe compartilham a guarda e as decisões são tomadas em conjunto, de forma cooperativa, de acordo com o melhor interesse da criança. O genitor que não detém a guarda é obrigado a prestar alimentos;
- GUARDA UNILATERAL:** é declarada quando um dos genitores quer abrir mão do direito de guarda. Isso significa, na prática, menos participação, porém a pessoa que abriu mão da guarda continua tendo responsabilidades e obrigações, inclusive a de prestar alimentos! Todavia, as decisões são tomadas pela pessoa que detém a guarda, mas sempre comunicada à outra parte. Veja:

Lei 13.058/14, Art. 2º, § 5º: A **guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos**, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.

LETRA A – CERTA. Como vimos, por mais que o pai abriu mão da guarda, ele continua sendo pai e, enquanto tal, tem direitos e deveres. Um desses direitos é o de ser informado acerca da saúde mental de seus filhos.

LETRA B – ERRADA. O pai deve ter acesso às informações, se assim solicitar.

LETRA C – ERRADA. Não há que se falar em negar o acesso. Como vimos, ele continua sendo pai.

LETRA D – ERRADA. O pai pode ter acesso à todas as informações.

LETRA E – ERRADA. Não há que se falar em falta de legitimidade paterna.

GABARITO: LETRA A

37. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao atender uma adolescente, um psicólogo vem a saber que a paciente vem sofrendo sucessivos maus-tratos. Alertando-a de que comunicará o fato à autoridade competente, a paciente lhe diz que só relatou os fatos porque ele lhe havia assegurado sigilo. Nessas circunstâncias, de acordo com o Código de Ética, o psicólogo deverá

- a) passar a informação para outro colega fazer a denúncia.
- b) fazer a denúncia de maus-tratos ao Conselho Tutelar.
- c) convencer a adolescente a fazer ela mesma a denúncia.
- d) resolver o dilema ético sob a perspectiva do menor prejuízo.
- e) honrar a palavra empenhada e manter o sigilo sobre os fatos.

RESOLUÇÃO: Muita gente pensou que o gabarito da questão era a LETRA D, e até seria, se não estivéssemos falando de um **adolescente**. Por mais que não saibamos a idade dele, precisamos ter em mente que, conforme o código civil, estamos falando de alguém **absolutamente incapaz**. Isso quer dizer que a criança e o adolescente não são capazes de tomar decisões acerca de suas próprias vidas até determinada idade (no caso, 16 anos). Assim sendo, não podemos falar em ponderação de interesses: casos de abuso e maus tratos deverão, obrigatoriamente, ser denunciado, sob pena de responsabilidade.

LETRA A – ERRADA. Nada a ver, em nenhuma hipótese isso seria razoável.

LETRA B – CERTA. Como vimos, há obrigatoriedade em se fazer a denúncia, de acordo com o ECA.

LETRA C – ERRADA. O psicólogo não poderia transferir sua responsabilidade à parte vulnerável.

LETRA D – ERRADA. Isso se aplicaria no caso de atendimento a um adulto, e mesmo assim seria questionável, afinal, diante de um caso de violência ou abuso comprovados, sempre a denúncia deve ser realizada.

LETRA E – ERRADA. Nada disso, sob pena de responsabilidade do profissional.

GABARITO: LETRA B

38. VUNESP - 2017 - TJ-SP

De acordo com a análise de Analicia Martins de Sousa (2010), o conceito de Síndrome da Alienação Parental

- a) teve efeito negativo nas decisões quanto à guarda de filhos, porque desconsidera a perspectiva da prole em relação aos pais.
- b) fortaleceu a posição da mulher no contexto jurídico, arena em que tradicionalmente ela se encontra em desvantagem.
- c) contribuiu para a criação de leis que conferem parâmetros mais justos para as decisões relativas aos litígios sobre guarda.
- d) trouxe, aos litígios sobre guarda, um ônus a mais, na medida em que os cônjuges precisam atestar sua sanidade mental.

- e) promoveu uma frente de discussão fértil, ao considerar a dinâmica familiar sob a perspectiva das relações patológicas.



RESOLUÇÃO: A questão foi extraída do livro Síndrome da alienação parental: um novo tema nos juízos de família, de A. M. Sousa. Nele, a autora relata a complexidade dos casos que chegam às varas de família, incluindo as disputas de guarda, que são muito comuns em divórcios e separações. Além da disputa material, há que se observar se o ex-casal não está tratando os filhos como mais um bem a ser disputado. Nesse sentido, é fundamental que o psicólogo perceba qual é o lugar que os filhos ocupam em uma disputa judicial de guarda. Muitas vezes, a intenção não é decidir em qual residência eles ficarão, mas sim ferir o outro, tentar “vencer a batalha”. Diante disso, tais litígios acabam ganhando mais um ônus, que é o de provar qual parte está mais capacitada a ficar com a guarda. Na perícia para avaliar com quem os filhos ficarão, o psicólogo deve levar em consideração que aquele que tem melhor condição de exercer a guarda é o que incentiva e favorece o convívio com a outra parte, buscando o respeito pelas relações afetivas estabelecidas pela criança/adolescente. Em outras palavras, é aquele que detém maior sanidade mental.

LETRA A – ERRADA. Não desconsidera a perspectiva da prole, nada a ver!

LETRA B – ERRADA. Não é o conteúdo que aborda a autora.

LETRA C – ERRADA. A autora não menciona essa suposta contribuição para as leis.

LETRA D – CERTA. Foi o que vimos – além de todos os ônus que já circundam a situação, há que se considerar ainda o que atestar a sanidade mental para afastar a possibilidade de SAP.

LETRA E – ERRADA. Não estaria totalmente errada, mas o melhor gabarito é mesmo a letra D.

GABARITO: LETRA D

39. VUNESP - 2017 - TJ-SP

O trabalho e a pesquisa com conflitos conjugais, conforme demonstrado na obra organizada por Fères-Carneiro (2016), têm revelado que

- as estratégias de resolução de conflito podem ser claramente identificadas como positivas ou negativas para a resolução dos conflitos conjugais.
- a violência conjugal via de regra contribui para que o cônjuge agredido seja mais proativo quando apoiado nas tentativas de mediação.
- a postura de ataque de um dos cônjuges de modo geral constitui um grande entrave para a negociação.
- a estratégia de evitação, por um ou ambos os cônjuges, costuma ser uma estratégia positiva para o enfrentamento de questões críticas da relação.
- casais que adotam estratégias de demanda e recuo são mais flexíveis e, portanto, têm maior probabilidade de resolver seus conflitos.

RESOLUÇÃO: Vamos analisar as alternativas:

LETRA A – ERRADA. Não poderíamos fazer uma divisão tão exata, já que há casos e casos. Em alguns casos, a melhor alternativa é a mediação; em outros, a conciliação se encaixa melhor. E ainda, pode haver casos em que a melhor solução é a propositura de ação judicial. Vai depender muito do contexto de cada família (a título de exemplo, os casos em que houve violência contra a mulher não são indicados para que se faça mediação).

LETRA B – ERRADA. Violência contribuindo para a proatividade do cônjuge agressor? Não mesmo!

LETRA C – CERTA. Eis nosso gabarito. De fato, quando se percebe uma postura de ataque, em que a parte já chega “armada” para a tentativa de conciliação, há grandes entraves na comunicação. A eficácia do processo, nesses casos, dependerá bastante da habilidade do negociador/mediador.

LETRA D – ERRADA. Pelo contrário, a estratégia de evitação costuma ser negativa, na medida em que impede o enfrentamento do problema.

LETRA E – ERRADA. Casais que adotam a estratégia de demanda e recuo são menos flexíveis e têm menor probabilidade de resolver seus conflitos.

GABARITO: LETRA C

40. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Nas Varas de Família, há um crescente esforço para que os casais resolvam seus conflitos por meio de

- a) mediação.
- b) aconselhamento psicológico.
- c) coaching conjugal.
- d) acordos entre advogados.
- e) ações em juizados de pequenas causas.

RESOLUÇÃO: Nas varas de família, há uma demanda cada vez maior pela resolução de conflitos por meio da **mediação**. Isso porque a mediação é uma **forma autocompositiva de resolução de conflitos**, o que implica dizer que **as partes resolverão, elas mesmas (com o auxílio de um mediador), o seu conflito**. Isso evita a chamada judicialização da demanda, que seria a pior forma de resolver o conflito, já que a decisão sai da mão das partes e passa a ser do juiz.

O problema disso é que, especialmente nas varas de família, a busca por resoluções judiciais normalmente tem como pano de fundo a necessidade de **reparação emocional**, já que as relações estão fragilizadas ou rompidas. Nesse sentido, **nem sempre as partes sentirão que, ao fim do processo, tiveram suas demandas atendidas**. Por isso é que o ideal é que as partes se **responsabilizem** pela conclusão das suas desavenças de forma autônoma, e esse processo é facilitado com a ajuda do mediador. Vamos ver alguns princípios básicos da mediação, que ajudam na resolução do conflito conjugal:

CONFIDENCIALIDADE	•SIGILO SOBRE INFOS ACESSADAS E COLETADAS
NEUTRALIDADE	•NÃO TOMAR PARTIDO, NEM INTERFERIR NAQUILO QUE É ACORDADO
VOLUNTARIEDADE	•NÃO HÁ OBRIGAÇÃO DE FAZER ACORDO OU DE SUBMETER AO PROCESSO DE MEDIAÇÃO
AUTODETERMINAÇÃO	•AS PARTES RESPONSABILIZAM-SE PELA TOMADA DE DECISÃO
IMPARCIALIDADE	•NÃO JULGAR, NÃO INFLUENCIAR
PROFISSIONALIZAÇÃO	•MEDIADOR QUALIFICADO

- **LETRA A – CERTA.** Como vimos, a **mediação** é cada vez mais recomendada enquanto uma estratégia alternativa (e eficiente) de resolução de conflitos. Ao seu término, é importante que as pessoas sintam que foram ouvidas, que foram atendidas (mesmo que parcialmente) e que conseguiram resolver um problema, da melhor forma possível, mesmo quando a solução não é aquela idealizada (mas foi a melhor possível).

LETRA B – ERRADA. o aconselhamento psicológico não é uma forma autocompositiva de resolução de conflitos, já que não visa atender aos interesses de ambas as partes.

LETRA C – ERRADA. Já ouviu falar disso em vara de família? Nem eu!

LETRA D – ERRADA. Os acordos entre advogados seriam uma tentativa de resolução de conflito quando a demanda já foi judicializada, ou seja, tal tipo de acordo não evita a entrada na justiça.

LETRA E – ERRADA. Do mesmo modo que a letra D, a letra E traz uma opção a ser considerada após o ajuizamento da ação.

GABARITO: LETRA A

41. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Como atesta Gláucia Diniz, ao analisar os paradoxos das relações violentas (In: Fères-Carneiro, 2016), entre os motivos que impedem as mulheres de denunciar a violência física ou psicológica de que são vítimas nas relações conjugais, destaca-se

- a) a valorização, pela mídia, do ideal de mulher forte e autônoma que reage às agressões.
- b) o esforço em sustentar relacionamentos recentes e pouco estáveis.
- c) a internalização das prescrições normativas que impedem a mulher de ter voz própria.
- d) a falta de uma legislação específica de proteção da mulher contra o cônjuge agressor.
- e) o desejo feminino de assegurar seu sustento por um homem, mesmo que violento.

RESOLUÇÃO: Historicamente, a cultura patriarcal delegou à mulher papéis secundários e inferiores, o que reflete até os dias de hoje nas relações. Tendo isso em mente, vamos às alternativas:

LETRA A – ERRADA. A mídia não valoriza o ideal de mulher forte. Pelo contrário, ajudou a perpetuar a imagem de “sexo frágil” ao longo das décadas.

LETRA B – ERRADA. Não há que se falar em esforço para sustentar relacionamentos recentes. O que se percebe, em casos de violência contra a mulher, é a dificuldade de se desprender de longos relacionamentos, inclusive enquanto uma repetição de um modelo violento que essa mulher, em muitos casos, já teve na sua família de origem.

LETRA C – CERTA. É o que se vê enquanto modelo – a internalização de um modelo de mulher submissa, cuja vontade se submete aos mandos do marido.

LETRA D – ERRADA. Há, sim, legislações específicas. Podemos citar, por exemplo, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

LETRA E – ERRADA. Isso seria um absurdo. A mulher violentada é vítima de um companheiro violento.

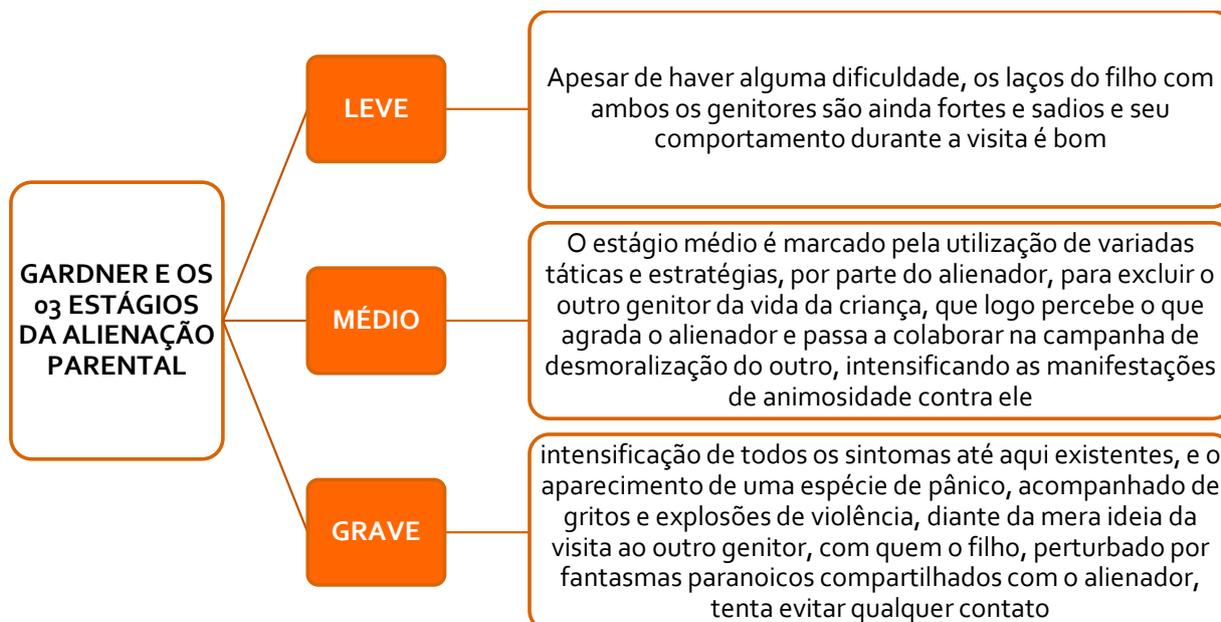
GABARITO: LETRA C

42. VUNESP - 2017 - TJ-SP

Ao discutir a Síndrome de Alienação Parental (SAP), proposta por Richard Gardner, Sousa (2010)

- defende que o diagnóstico seja feito em termos individuais, pois se trata de configuração clínica constelada no nível da vida privada e da história particular de cada indivíduo que venha a apresentar a síndrome.
- aponta que o surgimento e a rápida difusão da teoria de Gardner sobre a SAP foram facilitados por uma racionalidade que privilegia o indivíduo e favorece, com isso, a proliferação de discursos sobre a existência de patologias individuais.
- demonstra que os instrumentos de psicólogos e psiquiatras asseguram o rigor de suas avaliações e, em consequência disso, conferem validade científica à teoria de Gardner e desnaturalizam a questão da alienação parental.
- destaca a importância de se identificar precocemente a síndrome, como medida preventiva, dado que o alienador costuma apresentar traços de psicopatia, sociopatia ou tendência à violência que põem em risco a família.
- declara que há consenso quanto à primazia da figura paterna como alienadora, por ser o pai habitualmente menos favorecido no ambiente jurídico em caso de litígio sobre a guarda dos filhos.

RESOLUÇÃO: Sousa, assim como muitos autores, critica a teoria da SAP desenvolvida por Gardner, que pressupõe a ocorrência de 3 graus de alienação parental, a saber:



A crítica está no sentido de estigmatizar condutas, enquadrando-as em perfis patológicos de comportamento, demandando dos genitores a comprovação da sanidade mental para que possam obter a guarda de seus filhos. Tendo isso em mente, vamos às alternativas:

LETRA A – ERRADA. Pelo contrário, Sousa e outros autores criticam o diagnóstico individual e isolado, conforme vimos acima.

LETRA B – CERTA. É isso mesmo. Para este autor, o diagnóstico da SAP serviria para patologizar os indivíduos, estigmatizando condutas.

LETRA C – ERRADA. Na verdade, Sousa foi no caminho oposto, considerando questionável a teoria de Gardner.

LETRA D – ERRADA. O autor não fala da importância diagnóstica, e sim faz uma crítica à patologização das condutas.

LETRA E – ERRADA. A letra E é pura viagem do examinador. Nada a ver!

GABARITO: LETRA B

43. VUNESP - 2017 - TJ-SP

De acordo com a Lei nº 12.318/2010, havendo indício da prática de ato de alienação parental, o Juiz, se necessário, determinará a realização de perícia social para identificar os fatores socioculturais que levaram à instalação da patologia e fazer o

- encaminhamento do alienador aos recursos comunitários disponíveis.
- avaliação psicológica do cônjuge alienador e encaminhamento à unidade psiquiátrica em caso de alto grau de severidade da patologia.

- c) ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, incluindo, entre outros métodos, entrevista pessoal com as partes e avaliação da personalidade dos envolvidos.
- d) diagnóstico interventivo familiar, afim de compreender a dinâmica dos relacionamentos familiares para promover a reaproximação do casal.
- e) perícia psicológica do suspeito de apresentar alienação parental, afim de comprovar a existência da patologia e adotar as medidas de proteção necessárias à família.

RESOLUÇÃO: Esta questão se resolver com a leitura da Lei de Alienação Parental. Vejamos:

Lei 12.318/2010 - Art. 5º: Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, **o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.**

§ 1º - O laudo pericial terá base em **ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial**, conforme o caso, compreendendo, inclusive, **entrevista pessoal com as partes**, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, **avaliação da personalidade dos envolvidos** e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

LETRA A – ERRADA. A lei fala em avaliação, e não encaminhamento.

LETRA B – ERRADA. Não há previsão legal de encaminhamento psiquiátrico.

LETRA C – CERTA. É o nosso gabarito. Como vimos, o juiz encaminhará para avaliação psicológica, incluindo **entrevista pessoal com as partes**, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, **avaliação da personalidade dos envolvidos** e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

LETRA D – ERRADA. Não são os termos que encontramos na Lei.

LETRA E – ERRADA. A avaliação psicológica será ampla, incluindo não somente o suposto alienador.

GABARITO: LETRA C

44. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Acerca da atuação do psicólogo forense em contextos de violência e vulnerabilidade, julgue o item subsecutivo.

Conforme o Estatuto do Idoso, as medidas protetivas são aplicáveis nas situações em que exista a constatação de violência física, sendo papel do psicólogo diagnosticar e exigir medidas protetivas ao Ministério Público no que concerne às situações de violência direcionada a essa população, como o abuso psicológico ou material.

RESOLUÇÃO: A redação do item é bastante confusa, o que por si só já nos dá indícios de que ele está errado: primeiro, fala-se de abuso físico e, no final, traz a questão do abuso psicológico e material. Na verdade, o Estatuto do Idoso afirma que as medidas protetivas serão aplicadas **sempre que quaisquer dos direitos dessa população forem violados**. E ainda: mesmo em casos de **suspeita de violação de direitos**, há que se fazer notificação compulsória.

GABARITO: ERRADO

45. CESPE - 2015 - TJ-DFT

Com relação à atuação do profissional de psicologia nas questões relacionadas ao direito de família, da criança e do adolescente, julgue o item seguinte.

Ao intervir em famílias, os psicólogos forenses devem ter a capacidade de reconhecer as fases do ciclo de vida familiar, uma vez que as interseções e tramas de cada família estão presentes no modo como elas enfrentam e superam cada fase, o que tornam visíveis as dificuldades vivenciadas por elas.

RESOLUÇÃO: Vamos lembrar que a atuação do psicólogo deve sempre considerar os fatores biopsicossociais da demanda. Nesse sentido, ao intervir em demandas familiares no contexto jurídico, o profissional precisa ter em mente que as famílias passam por ciclos diversos, sendo que cada etapa desse ciclo de vida familiar deve ser observada de acordo com a sua especificidade. Assim, não cabe ao psicólogo conceber previamente um modelo ideal de família para enquadrar o caso concreto nesse molde. Cada história familiar terá um contexto a ser identificado.

GABARITO: CERTO

46. FGV - 2015 - TJ-RO

Importantes transformações sociais, advindas do processo de redemocratização da sociedade brasileira, no decorrer da década de 1980, tiveram influência significativa na produção textual da Constituição de 1988 e na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Com relação às diferenças de abordagem social e jurídica das concepções menoristas e a atual concepção estatutária diante das crianças e adolescentes autores de atos infracionais, analise as afirmativas a seguir:

I - Na hipótese de cometimento de ato infracional as crianças não serão alvo de medidas socioeducativas, devendo ser encaminhadas para os Conselhos Tutelares.

II - A concepção menorista, expressa nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, fundou-se na Doutrina Jurídica da Situação Irregular, cuja principal característica é se destinar a uma categoria sociologicamente indefinida, os "menores em situação irregular".

III - A Doutrina Jurídica da Proteção Integral considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o que se revela desafiante na construção de novas práticas institucionais.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

RESOLUÇÃO: Antes de verificarmos os itens, façamos uma pequena revisão acerca das medidas protetivas e socioeducativas: vamos lembrar, primeiramente, que **crianças e adolescentes não cometem crimes – elas cometem atos infracionais**. Isso porque são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento – indivíduos que estão em um período de mudança, de alterações biopsicossociais. Assim, temos que crianças e adolescentes são detentores de todos os direitos que têm os adultos, mais aqueles condizentes ao seu ciclo de vida, à sua idade e ao seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, no cometimento de um ato infracional, temos o seguinte:



Visto isso, vamos aos itens:

ITEM I – CERTO. Como vimos no quadro supramencionado, na hipótese de cometimento de ato infracional, as **crianças** não serão alvo de medidas **socioeducativas**, mas sim de medidas **protetivas**, devendo ser encaminhadas para os Conselhos Tutelares.

ITEM II – CERTO. De fato, a concepção menorista fundou-se na Doutrina Jurídica da Situação Irregular, cuja principal característica é se destinar a uma categoria sociologicamente indefinida, os “menores em situação irregular”. A crítica aqui é no sentido de que os primeiros códigos de menores fundaram-se em uma ideia higienizadora, que reprimia condutas consideradas anormais, a fim de exercer controle estatal.

ITEM III – CERTO. A Doutrina Jurídica da Proteção Integral considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Isso significa que devem ser alvo de proteção e recuperação, em caso de cometimento de atos infracionais. Tal concepção é mesmo desafiadora, diante dos cenários que vemos na realidade brasileira.

GABARITO: LETRA E

47. FGV - 2015 - TJ-RO

Jonathan, 15 anos, foi pego em flagrante na prática de ato infracional. Na audiência, a autoridade judiciária aplicou a medida socioeducativa de internação ao adolescente. Com relação a essa medida, é correto afirmar que:

- a) será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário;
- b) será aplicada com prazo determinado, ao término do qual será reavaliada a condição do socioeducando;
- c) a critério da autoridade judicial, em situações excepcionais, a medida de internação poderá exceder a três anos;
- d) durante o período de internação, exceto provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas;
- e) a autoridade judicial, ouvido o Ministério Público, poderá determinar a incomunicabilidade do adolescente, se existirem motivos sérios e fundados nesse sentido.

RESOLUÇÃO: A redação para que possamos resolver esta questão encontra-se no ECA, no capítulo IV (das medidas socioeducativas). Antes de verificarmos, vamos revisar quais são as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas:



LETRA A – CERTA. De acordo com o ECA, em seu Art. 121, a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O § 1º diz que **será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.**

LETRA B – ERRADA. Conforme o § 2º, a medida **não comporta prazo determinado**, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

LETRA C – ERRADA. De acordo com os dizeres do § 3º, **em nenhuma hipótese** o período máximo de internação excederá a três anos.

LETRA D – ERRADA. O parágrafo único do Art. 123 estabelece que, durante o período de internação, **inclusive provisória**, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

LETRA E – ERRADA. O § 1º do Art. 124 estabelece que **em nenhum caso haverá incomunicabilidade.**

GABARITO: LETRA A

48. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Rovinski (2013), ao discutir a realização de avaliações psicológicas no contexto jurídico, afirma a necessidade, por parte dos psicólogos, de “adaptação de seus procedimentos metodológicos às especificidades de sua atuação”. Com base nisso, considere as ações abaixo.

I - Enfatizar as intervenções que visem mudanças no comportamento do avaliado, de forma a preservar o contexto terapêutico.

II - Dirigir o foco da avaliação aos achados clínicos que possuam relevância à questão legal.

III - Abordar o problema, foco da avaliação psicológica, ultrapassando a visão particular do sujeito avaliado decorrente da dinâmica de seu mundo interno.

Quais integram adaptações necessárias dos procedimentos metodológicos do psicólogo às especificidades de sua atuação?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

RESOLUÇÃO: Temos que a avaliação psicológica no contexto forense **difere** de outros tipos de avaliação psicológica, em função do seu objetivo final: **subsidiar decisões legais**, quando estas dependem de um entendimento acerca do funcionamento psicológico dos envolvidos. Apesar de os instrumentos utilizados serem os mesmos do contexto clínico, na avaliação forense há distanciamento emocional entre periciado e Psicólogo, uma vez que este profissional não é seu terapeuta. Ademais, a avaliação forense possui foco específico, determinado pela autoridade Judicial – nesse sentido, o psicólogo está a serviço do juiz, e não do periciado.

ITEM I – ERRADO. O foco do psicólogo que atua no contexto jurídico é, como verificamos, subsidiar decisões legais, e não aplicar uma terapêutica que possa alterar o comportamento do periciado.

ITEM II – CERTO. A avaliação psicológica é focal, atende a um objetivo específico. Assim o laudo somente conterá dados relevantes na tomada de decisão do magistrado.

ITEM III – CERTO. De fato, há que se ultrapassar a visão individual e considerar o contexto para que a avaliação seja completa.

GABARITO: LETRA D

49. FAURGS - 2016 - TJ-RS

Quanto à entrevista investigativa realizada no contexto forense, considere as afirmações abaixo.

I - Possui foco dirigido à elucidação de fatos ocorridos no passado.

II - Fundamenta-se na teoria cognitiva, com ênfase nos processos de memorização e recuperação de informações.

III - Sua realização é indicada tanto para crianças como pessoas adultas em situação de violência.

IV - Exige treinamento prévio e é realizada exclusivamente por psicólogo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

RESOLUÇÃO: Analisemos os itens, de acordo com as observações feitas na questão antecedente:

ITEM I - CERTO. De fato, a entrevista forense buscará elucidar fatos passados, já ocorridos, para subsidiar a decisão judicial.

ITEM II – CERTO. Isso mesmo. A teoria cognitiva é amplamente aceita nos processos de entrevista forense, já que são eficazes no resgate de memórias e informações acerca de fatos ocorridos.

ITEM III – CERTO. Questão polêmica... A banca considerou o item correto, mas devemos ter em mente que as principais formas de acessar informações de crianças se dá por meio de desenhos e brinquedos, e não por meio de entrevistas. De todo modo, a entrevista é mesmo utilizada com crianças.

ITEM IV – ERRADO. A entrevista não é realizada apenas por psicólogos. Há uma equipe multidisciplinar responsável por ela.

GABARITO: LETRA D

50. FAURGS - 2016 - TJ-RS

No que se refere ao campo da Psicologia Jurídica, mais especificamente a atuação do psicólogo em Varas de Família, e de acordo com as referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família (CFP, 2010), considere as afirmações abaixo.

I - As práticas desenvolvidas podem ser de avaliação psicológica, perícia, assessoramento, orientação, aconselhamento, encaminhamento, atendimento psicológico individual, atendimento psicológico com a família e/ou com alguns de seus membros, elaboração de laudos, pareceres, informes e relatórios, mediação e trabalho com grupos.

II – O profissional, na condição de perito ou profissional responsável pelo caso, quando chamado a participar de audiências, passa a assumir o papel de testemunha.

III - A mediação, atividade que pode ser realizada pelo psicólogo que atua nas Varas de Família, busca a cooperação e a colaboração entre os ex-cônjuges, privilegiando o lado adversarial da disputa, comum nos

processos judiciais no Direito de Família e permitindo um espaço de escuta e construção de um novo repertório comportamental que auxilie na resolução do problema.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

RESOLUÇÃO: Para responder esta questão, vamos revisar quais são as possibilidades de atuação do profissional psicólogo dentro do contexto jurídico:



ITEM I – CERTO. Conforme vimos no esquema acima, as possibilidades de atuação do psicólogo no campo jurídico são vastas.

ITEM II – ERRADO. O psicólogo não passa a assumir o papel de testemunha. O papel dele continua sendo o de subsidiar decisões do magistrado, mas não tomando partido como testemunha de acusação ou defesa de um dos lados.

ITEM III – ERRADO. A mediação busca mesmo a cooperação e a colaboração entre os ex-cônjuges, privilegiando a **autocomposição** como método de resolução de conflito, e **não** a lógica adversarial, como afirmou a banca.

GABARITO: LETRA A

PSI, encerramos por aqui a nossa aula demonstrativa.

Espero ser uma facilitadora na conquista do seu sonho! Conte comigo e até a próxima aula! =>